

1 COMUM 1978

Sobre os Incomunicáveis

O Rei e o Rito

Da Categoria de Comunicação

**11 Fábulas Infantis
de Crianças Pobres**

A Indústria do Livro no Brasil

**Perspectivas da Comunicação
no Brasil**

EDITORIAL

Comum quer ser um espaço franco de reflexão universitária. Surge como revista especializada em comunicação, mas pretende vê-la também, em seus sentidos não especiais. E tratá-los técnica, crítica e cientificamente; de todas essas formas, de algumas delas, sem limites prévios.

Comum propõe um falar aberto, um lugar de interlocução. E ainda se dispõe a falar claro: sabe que o dizer ininteligível pode ser a cínica vestimenta do não poder dizer.

Comum, em suma, pretende ser clara, aberta, franca e livre. Na medida da possibilidade histórica.

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Carlos Henrique de Escobar
Fernando de Almeida Sá
José Carlos Rodrigues
Nilson Lage
Sérgio Athayde

Capa

Ivan Viana

Composição

Edson Gomes

Revisão

Dilza Valéria Rocha Miranda

Comum é uma publicação
trimestral da FACHA,
Faculdade de Comunicação e Turismo
Hélio Alonso, Praia de
Botafogo, 266 – Rio de Janeiro –
RJ – CEP 20.000.

SUMÁRIO

Editorial	1
Sobre os incommunicáveis - Nilson Lage	5
O rei e o rito - José Carlos Rodrigues.	15
Enfoque crítico - as categorias gerais e as "ciências humanas": da categoria de comunicação - Carlos Henrique de Escobar	31
Perspectivas da comunicação no Brasil - R.A. Amaral Vieira	45
A indústria do livro no Brasil - Fernando de Almeida Sá ...	57
11 Fábulas infantis de crianças pobres.	67
O novo currículo dos cursos de Comunicação Social	79

Comum. v.1- n.1- jan/mar. 1978-
Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação e
Turismo Hélio Alonso, 1978-
v. 19 cm. trimestral

1. Comunicação — Teoria. I. Título.

CDD 001.501



SOBRE OS INCOMUNICÁVEIS

Nilson Lage

(Intervenção no painel "Perspectivas da Comunicação no Brasil", do Congresso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação realizado em Caxias do Sul, em julho de 1976).

1. A estratégia da fragmentação

Na *introdução* de um número recente da revista *Lugar*, editada sob a responsabilidade do Clube Freudiano do Rio de Janeiro, lê-se uma confissão extraordinária: definindo seus propósitos, dizem os organizadores da edição que se dispõem a combater a "vulgarização", a "diluição" e, enfim, a "banalização" de suas reflexões. Vários dos professores alinhados no expediente da revista dificilmente subscreveriam tal frase, com todas as suas implicações. Porque o artifício é por demais ingênuo, incapaz de resistir a uma crítica semiológica elementar. Entre "vulgarização" e "diluição", por um lado, "divulgação" e "difusão", por outro, a diferença é de natureza afetiva: a intenção real dos autores revela-se onde mesmo pretende ocultar-se. Da mesma forma os estrategistas da propaganda francesa na guerra da Argélia chamavam de *bandas* as tropas do exército de libertação argelino ou a historiografia oficial norte-americana nomeia como *massacres* os combates vencidos pelos indígenas, no episódio da ocupação do Oeste.

"Vulgarização" é a divulgação que não interessa ao falante e "diluição" a difusão que não lhe convém. O que se pretende de fato é manter fechado e elitista um saber do qual jamais se aproximem os intelectuais não comprometidos com o grupo, os estudiosos independentes, os estudantes e, sobretudo, os jornalistas e profissionais da comunicação em geral, empenhados, neste momento, em entender as difíceis circunstâncias em que se processa o seu trabalho.

Poderíamos comparar a intenção distinta desta hipercodificação do conhecimento às marcas de individualidade tão prestigiadas na uniforme sociedade de consumo, como os letreiros nas camisas ou a recuperação decorativa de instrumentos de trabalho fora de uso. No caso brasileiro, porém, e de uma perspectiva

a um tempo histórica e funcional, o mais importante nos parece ser a exigência de vagares e erudição; e pensaríamos em um neo-bacharelismo, comprometido com a ociosidade e o saber consumatório das oligarquias. A marca opositiva entre vagares de ócio e tempo de estudo, entre erudição e posse de uma cultura elaborada coloca-se no campo da utilidade e inutilidade, da competência e incompetência para as tarefas produtivas que a realidade do País nos exige, do procedimento acumulatório de informações e da reflexão sobre os enunciados; vemos, em sua nova versão, o oligarca integralmente dedicado a preservar-se no poder através de qualquer composição necessária, cultivando o prestígio dos meios de comunicação que acusa de banalidade. Dialeticamente é no magistério de Comunicação que isto se passa: constata-se que o fenômeno da supercodificação do conhecimento acontece nas salas de aula e em livros que se pretendiriam didáticos. E o repto pode ser desenvolvido nos mesmos termos, por que estes falares eruditos ocultam com demasiada frequência conteúdos de pensamentos banais e não-criativos.

Há um limite claro entre a crítica dos meios de comunicação e de suas linguagens e o repúdio radical a esses meios. Quando se diz que tudo na cultura de massa é necessariamente inferior, e que os discursos científicos devem proteger o conhecimento de sua apropriação pelos *media*, fala-se implicitamente na superioridade de uma outra cultura, e se propõe torná-la inacessível aos não iniciados.

Juízos de valor dessa ordem são fortemente arbitrários. Num depoimento recente, Renato Murce, radialista carioca com meio século de atividade, conta de que maneira Roquete Pinto e os pioneiros da rádio-difusão, na década de 20, opunham restrições ao uso do veículo limitando seu emprego para a emissão de óperas italianas e extensas conferências. Agiam por ingenuidade, tal como agora se exige da televisão o uso da "linguagem vernácula" ou se propõem determinadas estratégias didáticas aos programas educativos. Diante da constatação da inutilidade e limitação desses esforços, a reação consiste em negar ao povo a competência para o acesso às conquistas científicas e aos grandes momentos do pensamento humano. Não ocorre a esse reacionarismo, como não ocorreu à ingenuidade dos pioneiros do rádio, que os trâmites da formação cultural de

um povo podem estar bem distantes do operismo italiano e das conferências enfadonhas. Não lhe passa pela idéia que Chaplin e John Ford, entre muitos, foram criadores de cultura de massa e mensageiros de uma concepção crítica admirável; que o fenômeno se repete nas músicas populares ou na literatura. Se a qualidade da criação fosse inversamente proporcional a sua aceitação pelo mercado, teríamos de negar a qualidade de Shakespeare, um recordista de edições, espetáculos e recriações no teatro e no cinema; e procurar, como supra-sumo da qualidade, um obscuro John Smith qualquer, que jamais conseguiu ser apreciado senão por ele mesmo.

"Vulgarização", "diluição", "banalidade". Estas palavras, seu sentido pejorativo, seu propósito elitista, já foram traduzidas, no Brasil, de maneira mais clara. Gilberto Freyre escrevia, em 1923, que "sob o ponto de vista da alta cultura, o alfabetismo de grande número, tendendo à mediania, só pode ser desfavorável". Um de seus artigos a respeito (há vários no livro *Retalhos de Jornais Velhos*) reúne formulações admiravelmente explícitas. Eis algumas:

1. "Porque um velho de Mainz inventa, com uns paus e umas rodela, uma máquina para salpicar de sinais pretos rolos de papel; e um frade pedagogo de Wittenberg um tanto histericamente se rebela contra o papa; e um genebrês de juízo solto empolga meio mundo com as suas teorias libertárias... eis-nos diante da superstição do alfabetismo como bem supremo ou absoluto, capaz de resolver todos os problemas de um povo".

2. "O analfabeto é um ser útil e interessantíssimo, o que não sucede com o meio-culto ... Em Portugal foram os analfabetos e os quase analfabetos a gente que mais me encantou ... Quais são, na Europa, as glórias máximas do alfabetismo? A Suíça e a Finlândia. À Suíça o mundo só é devedor de relógios, leite condensado, Jean-Jacques Rousseau, chocolate e queijos - artigos todos facilmente substituíveis, quando não dispensáveis." (*A propósito de Analfabetos*, Livraria José Olympio, 1964, p. 85 ff).

Talvez, no entanto, o elo mais claro entre o pensamento do sociólogo e sua tímida reedição contemporânea esteja expresso

nesta outra citação, do artigo *Cultura e Aristocracia Intelectual* (obra citada, pág. 139):

"Há já algum tempo que sigo a idéia de ser conveniente a uma sociedade do tipo da brasileira, social e etnicamente democrática, possuir tanto uma aristocracia intelectual de supradotados e de super-instruídos, das mais variadas procedências sociais e étnicas, por um lado, como, por outro lado, uma reserva de rústicos de pouca ou quase nenhuma cultura alfabética ... e que conservam, nessa sociedade, suas fontes de inteligência espontânea e de saber e de sabedoria orais".

Quando estas palavras foram escritas, o fascismo era um fenômeno nascente, e o Brasil não fizera sua opção histórica no terreno da cultura. Hoje, a opção está feita: a partir da Revolução de 1930, e crescentemente nos últimos anos, o País se aplica a expandir as suas redes de ensino, tal como busca integrar-se através da expansão dos meios impressos e audiovisuais de comunicação.

Os passos recentes da história têm gerado, aqui, o privilégio e multiplicação das linguagens especializadas. Formam-se e reformam-se capítulos léxicos e até estruturas sintáticas específicas de economistas, lingüistas, cientistas sociais ou comunicólogos. O problema que se coloca é o da relação entre esses discursos, já que as grandes decisões são interdisciplinares e as conseqüências do que se fala em cada um desses compartimentos técnicos tem que ver com o restante das pessoas. Assim, por exemplo, toda discussão em torno de decibéis toleráveis ao ouvido humano deverá ser alcançável de alguma forma por alguém que não o especialista em ruídos; até porque a surdez será democraticamente reparada nas cidades barulhentas.

Reunidos no Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, os cientistas brasileiros colocaram para si mesmos, mais uma vez, esse problema: de que não deve existir uma Física, ou uma Biologia, ignorantes e ignoradas por uma Ciência Social. Nem as elucubrações do cérebro nacional terão conseqüências se não se transmitirem aos braços e ao corpo da Nação, a seu povo a seus políticos, a suas Forças Armadas.

Falamos aqui de objetivos nacionais, e de instrumentos possíveis para se recompor a liberdade do pensamento e da cultura; ela será tão vulnerável quanto proposta em linguagens

parciais e incomunicáveis, distantes do interesse das populações e sujeitas a todos os preconceitos gerados por um mundo imerso na guerra psicológica. A estratégia de acentuar a fragmentação das linguagens e de promover sua elitização é uma estratégia antinacional e anti-histórica, cuja pretensão única é manter o privilégio do "sabe com quem está falando" sobre a possibilidade de um diálogo, pelo menos no interior do segmento da população que preserva, no atual momento, algum poder decisório.

Se há um comunicador, é preciso, nesta perspectiva, que haja um comunicólogo, e que os dois não se comuniquem. A sala de aula torna-se, pois, o lugar onde o professor, armado do desprezo pelos estudantes, assume, sobre o paradoxo que lhe dá a autoridade da fala, o antagonismo social e a função de proprietário de um meio de produção - a linguagem, no entanto bem pouco produtiva enquanto código de presunção - francamente decidido a não cedê-la facilmente.

2. A estratégia da unidade da linguagem

Mas é justamente a fragmentação do conhecimento numa infinidade de discursos científicos e técnicos distintos que atribui ao comunicador social uma função específica indispensável à construção do futuro. Cabe-lhe divulgar e difundir as reflexões geradas em cada compartimento do saber contemporâneo; é ele o indicador da unidade lingüística que lembra e anuncia a articulação dos conhecimentos, denunciando as contradições básicas que o fechamento das linguagens tende a mascarar, numa falsa hierarquia de saberes.

A função divulgadora e difusora atende ao objetivo de fazer o técnico compreender o cientista social, este àquele e o público (tão extensamente quanto possível) a ambos; para isso, é necessário penetrar na intimidade de cada discurso específico, quebrar a sua suposta ou verdadeira exatidão e repropor o conceito dentro de um relativo universal lingüístico; isto é, definir funcionalmente os termos, estabelecendo suas aproximações e distâncias. A perda eventualmente existente neste trabalho é irrelevante, se considerarmos sua necessidade para um corpo social que, ao contrário do que propunha Gilberto Freyre, não se deve encaminhar para "uma aristocracia intelectual de superdo-

tados" nem se conformaria em ser dirigido por tal aberração de culturalismo eugênico.

A História da Cultura mostra que o comunicador, visto desse ângulo, coloca-se no plano da antecipação de um futuro. De fato, a cultura clássica apoiava-se numa unidade metafísica, da qual conhecemos, no Ocidente, a projeção unitarista da Filosofia grega. Posteriormente, rompendo com a unidade repressiva da fé e movida por contingências emergentes, a ciência se compartimentou, a meio caminho entre sua unidade abstrata e a realidade que era necessário conhecer e alterar. Temos, hoje, uma mesma matéria objetiva - a língua, por exemplo - sujeita a análise por vários códigos distintos, que dela falam especializada-mente: a sociologia, a filologia, a lingüística estrutural, a lingüística lógico-formal e outros. Tais discursos não são excludentes, isto é, não se disputam a posse da matéria objetiva, ou seja, da língua. No entanto, para quem trabalha com textos, a conjugação desses discursos *a respeito de* cria problemas infinitos.

O comunicador é um trabalhador, cujo instrumento de trabalho é o idioma ou uma linguagem não verbal. Seu ponto de partida é o próprio instrumento de trabalho; persegue um saber instrumental, que o ajude a dominar a expressão e a manusear a linguagem, até mesmo porque esta lhe serve para um fim determinado, o de comunicar. *Como é*, para ele, parte de um conjunto que compreende *o que, quando, onde e por que* tal coisa deve ou pode ser comunicada. As discussões e avaliações críticas sobre linguagem são de enorme interesse para o comunicador, mas as dissensões entre especialistas sobre nomenclaturas e universos conceituais lhe parecem simplesmente teorizações inúteis.

Nisto, o comunicador não se distingue de qualquer outro trabalhador, às voltas com uma tarefa específica; se meia dúzia de ciências estão envolvidas no estudo de um procedimento operatório cirúrgico, elas terão que se conjugar no procedimento mesmo, pouco importando ao cirurgião se tal coisa deve ter tal ou qual nome. Afinal, para ele, o procedimento é apenas um meio de alcançar um objetivo, qual seja o de recuperar seu paciente. O psiquiatra aplica, na medida de seus conhecimentos, instrumental oriundo da psicologia comportamentista, da psicanálise, da neurologia; seria um péssimo psiquiatra aquele que

pretendesse abolir de suas cogitações, diante de um paciente concreto, conhecimentos concretos pertinentes à hereditariedade ou às pressões sociais, por se julgar filosoficamente inatista ou não inatista.

Num mundo em que se torna necessário conviver com aparatos técnicos cada vez mais complexos, importa conhecer os próprios aparatos para que se possa lidar com eles. Num mundo sujeito à propaganda, no sentido mais amplo do termo, importa ao homem comum conhecer os processos de motivação social, para que possa defender-se e identificar seus próprios interesses na floresta de mensagens e apelos em que se perde.

É certo que as linguagens técnicas atendem a necessidades conceituais por vezes muito precisas. Um *erg*, unidade de trabalho, é aquilo que é, e não outra coisa. O ácido desoxirribonucleico é uma determinada estrutura protéica, e não outra. A mitose, um modo determinado de divisão celular, e não outro. No entanto, ações e nomeações têm interesse limitado à funcionalidade de seus conceitos no *modus operandi* de um processo sobre o qual tenhamos que decidir. Para escolher entre a liberação ou restrição do aborto, por exemplo, deveremos considerar raciocínios biológicos, psicológicos, demográficos, de antropologia cultural ou de outro campo qualquer; seria um absurdo pretender de cada eleitor chamado a um plebiscito ou dos deputados de um parlamento que completassem as graduações universitárias correspondentes a todos esses campos do saber, até porque isto lhe consumiria toda a sobrevida. Personificar num líder e em outro líder as duas opções significa transferir o problema de um julgamento sobre a simpatia pessoal de cada um desses homens, ou o programa de seus partidos.

O que torna a comunicação algo incômodo é a sua capacidade de, mais do que deformar conceitos, revelar a fragilidade de certos falares. Para os fins práticos consideráveis, a "adequação da tarifa à realidade inflacionária" significará aumento de preços do serviço, o que, por ser mais contundente, irrita o administrador-burocrata. Em dado contexto, "fatores conjunturais" podem ser o outro nome de miséria e "associação de elementos climáticos a relações peculiares de produção" significará a confissão do quanto é vulnerável a economia rural (do Nordeste) à ocorrência de uma estiagem.

Dai a denúncia da super-especialização do comunicador, e da falácia que consiste em utilizar economistas, ou médicos, ou químicos como divulgadores da economia, da medicina ou da química. Médicos falando a médicos, como acontece na televisão de circuito fechado de um hospital, ou em uma revista especializada, têm muito pouco que ver com a comunicação social e este muito pouco se limita aos aspectos nitidamente técnicos, de manuseio das câmaras ou revisão gramatical de textos.

A tarefa do comunicador, que é a finalidade das escolas de comunicação, é preservar a linguagem como algo pertencente a todo o povo, e não a grupos da elite artificialmente constituídos; articular as linguagens fragmentadas do saber, ainda que isto se torne revelador e, portanto, incômodo. Por isso, o comunicador tem como projeto o não conformar-se com o poder conseguido através do respeito pelo ininteligível; nem com a corrida das modas culturais, que borboleteiam de autor a autor, como as artes vão do figurativismo ao abstracionismo taxista, ao concretismo e a não sei que mais. Seu projeto é o futuro e a evidência das verdadeiras contradições e reais interesses da sociedade; a transmissão da mensagem ao maior número de pessoas. O estudo e a crítica das linguagens são um instrumento para isso.

O REI E O RITO

José Carlos Rodrigues

“Menino com três corações batendo nele, mina de ouro mineira. Garoto pobre sem saber que era tão rico. Riqueza de todos, a todos doada, na ponta do pé, na junta do joelho, na porta do peito”.

Carlos Drummond de Andrade

I

Se as ideologias falam por seus silêncios, o mutismo das ciências sociais brasileiras em torno dos aspectos ideológicos do futebol salta aos nossos olhos. É tão sensível a importância atribuída a este esporte nos cotidianos brasileiros que um forte contraste se estabelece, de imediato, entre esta e o descaso a que o têm relegado os nossos cientistas sociais. Neste sentido, não seria exagerado dizer que pesquisar a ausência do futebol entre os nossos temas sociológicos seria, por si só, um assunto bastante revelador no campo da sociologia da ciência e das relações entre o *saber* e o *poder* no Brasil.

Entre os brasileiros, principalmente, a figura de Pelé assumiu — no interior deste universo de projeções e identificações que se tem revelado no futebol — dimensões a que não raramente se atribui caráter mítico. Sua biografia, objeto de numerosas declamações, tem sido exibida como o relato exemplar do triunfo das disciplinas e esforços individuais sobre as circunstâncias adversas da vida. Da imagem de Pelé, se fez a condensada narrativa da passagem da pobreza à riqueza, do anonimato à fama, sempre através de uma sociedade permeável aos méritos e aos esforços individuais.

Contudo, mesmo se o sucesso que a biografia de Pelé reproduz correspondesse em sua integridade a eventos factualmente verdadeiros, ela não retiraria, certamente, a necessidade de nossa consciência da existência de outras narrativas, ao menos igualmente verdadeiras — silenciadas, entretanto — em que os esforços e as disciplinas individuais sucumbiram às circuns-

tâncias sociais adversas. Nessas narrativas, poderíamos encontrar o testemunho de uma sociedade impermeável e hermética.

Do confronto dessas biografias possíveis não nos seria difícil levantar a altamente plausível hipótese de que a simples escolha da celebração da história da vida de Pelé corresponde à eleição de uma imagem determinada da sociedade. A uma opção política, portanto.

Como representante de uma imagem favorável da sociedade, a figura de Pelé tem sido louvada de diversas maneiras. Porém, ao contrário do que se vem tentando fazer crer, o que se reverencia, nessas homenagens, são menos as qualidades reais da pessoa individual que os princípios ocultos de um modelo de vida social e os requisitos disfarçados de uma pauta de expectativas de comportamentos a que os indivíduos devem se submeter.

Em nome deste modelo proposto de vida social, os atributos componentes da identidade individual de Pelé são criados, omitidos e manipulados. De um modo aparentemente paradoxal, nas cerimônias em que manifestamente se pretende a exaltação de sua pessoa vemos-na digerida por uma estrutura de pensamentos, sentimentos e comportamentos que a absorve como mais uma peça de um sistema de proposições que, em outros domínios e situações, a substitui por outras peças capazes de executar as mesmas funções significacionais.

O que pretendemos verificar neste artigo é a maneira pela qual as homenagens, de que Pelé foi objeto no dia 18 de julho de 1971, quando de sua despedida do selecionado brasileiro de futebol, configuram o acima enunciado, ou seja, constituíram uma reverência a uma imagem politicamente forjada da sociedade.

II

Uma das maneiras possíveis de se compreender os fenômenos sociais humanos é concebê-los como inseridos em sistemas de significação, dos quais retiram sentido. Segundo esta perspectiva, as relações sociais são processos comunicacionais sempre portadores de significados, conscientes ou inconscientes para os indivíduos que nelas estão envolvidos.

Poderíamos dizer que a sociedade é uma espécie de linguagem e que através do conhecimento desta linguagem podemos compreender as relações que existem entre as pessoas que constituem esta sociedade. Assim, detalhes como as distâncias físicas que as pessoas guardam entre si, as maneiras pelas quais se cumprimentam, o tempo e o modo por que se olham, o vocabulário e o tom de voz que utilizam em suas conversações, as indumentárias de que fazem uso, podem ser significativos sobre as posições que as pessoas ocupam na sociedade e as relações que mantêm entre si. Viver em sociedade é conhecer sua linguagem particular. É saber que qualquer detalhe, qualquer variação — mesmo considerável desprezível por um observador estrangeiro — pode ser altamente significativo.

Se a sociedade é uma linguagem, ela é capaz de tomar-se a si mesma como objeto de referência. Tornemos isto mais claro: a língua portuguesa é um sistema de significação, uma linguagem; entretanto, ela pode ser objeto de si mesma, na medida que eu possa usar a língua portuguesa para fazer referência à própria língua portuguesa. Esta propriedade que têm os sistemas de significação, as linguagens, de se referirem a si mesmas, ou a outras linguagens, chama-se *metalinguagem*. Quando, por exemplo, falo em português sobre a linguagem musical, a língua portuguesa se transforma em metalinguagem e a linguagem musical, aquela *sobre* a qual eu falo, aquela que é o *objeto* do meu falar, se transforma em *linguagem-objeto*.

Vista como uma linguagem, acontecem, na sociedade, situações de natureza semelhante. São situações em que alguns sistemas de significação têm, como seus objetos, *outros* sistemas de significação. São espécies de "metalinguagens sociais" cujas linguagens-objetos são as próprias relações sociais.

De um modo geral, a metalinguagem tem por função controlar, conter, esclarecer ou resolver problemas, contradições e ambigüidades eventualmente constatáveis ao nível da sua linguagem-objeto. Bons exemplos disso, temos quando um adulto fala sobre o falar de uma criança para corrigi-lo, ou quando se fazem perguntas do tipo: "O que você disse?".

É nesse campo de relações comunicacionais e significacionais que vamos encontrar os mitos e os ritos. Vamos concentrar nossa atenção sobre os ritos, já que é um rito o objeto de nossas

preocupações nesse artigo. Façamos, inicialmente, apelo a um exemplo elementar que nos permita compreender o rito como realidade signficacional, e, mais particularmente, como uma metalinguagem que tem por linguagem-objeto a própria vida social, da qual pretende resolver problemas, ambigüidades e contradições. Tomemos o ritual seguinte.

É relativamente comum, em algumas comunidades de descendentes de indígenas nas montanhas andinas, acontecer de os indivíduos se reunirem em torno de uma espécie de arena e colocarem a lutar um touro e uma águia. Amarram a águia ao dorso do touro e deixam com que ela o morda e o sangre. Tomam o cuidado de manter a águia sempre em posição vantajosa, interferindo todas as vezes que o touro possa deitar-se sobre a águia, e vencer o combate. À medida que o touro perde sangue, enfraquece, até ser morto pela águia. Quando a morte do touro acontece, as pessoas entram em frenética euforia.

Não será muito difícil perceber, nesse exemplo elementar, que o espetáculo da luta da águia contra o touro é uma linguagem ritual na qual se tematiza uma outra linguagem: aquela que contém os significados das relações entre os descendentes dos indígenas (simbolizados pela águia) e os descendentes dos espanhóis (representados pelo touro). A vitória da águia sobre o touro poderia ser vista como a vitória dos "indígenas" sobre os "espanhóis". A luta, o rito, é uma espécie de metalinguagem; as relações entre "espanhóis" e "indígenas", a linguagem-objeto desta.

O leitor atento já terá observado que na vida real acontece exatamente o contrário, isto é, são os "espanhóis" que vencem os "indígenas". A tentativa de solução de contradições está dada exatamente nesse ponto: é exatamente porque no plano real os "touro" vencem as "águas" que, no plano da metalinguagem ritual, as águas vencem os touros. Marginalmente, lembremos que os mitos e os ritos são tentativas simbólicas de solucionar problemas da vida social, mas estas soluções nunca são reais quando os problemas são reais.

Uma outra característica da linguagem ritual é a sua constituição conotativa. Enquanto, na metalinguagem, um sistema de significação "fala" sobre outro sistema de significação (ou sobre

si mesmo), na conotação, um sistema de significação "fala" *por meio, através*, de outro sistema.

Podemos tornar mais clara esta situação significacional. Imaginemos um empresário enunciando o seguinte pensamento: "minha empresa é uma *família*, eu sou um *pai* para os meus funcionários, eles são *irmãos* entre si." Um pouco de atenção nos fará perceber que a proposição do empresário efetua a conjunção de dois sistemas de significação que são, a princípio, mutuamente independentes: um sistema "empresarial" e um sistema "familiar". Verificaremos, em seguida, que as qualidades do segundo são como que "projetadas" sobre o primeiro. Desta forma, o sistema "empresarial" fica conotado de "familiaridade" (carinho, amor, atenção, respeito, união, solidariedade, etc.).

Imaginemos, ainda, que se pergunte, a uma dona-de-casa, o que ela considera importante na ação política. Suponhamos que suas respostas sejam: "ruas e cidades limpas", "alimentação boa para todos", "assistência social ao menor". Com relativa facilidade perceberemos aí uma espécie de "projeção" do seu mundo doméstico sobre o mundo político, porque não seria difícil ver suas respostas como equivalentes a "quartos e salas arrumados e limpos", "mesa farta e comida bem preparada", "educação dos filhos", etc... poderíamos constatar, nesse exemplo, que a dona-de-casa, ao falar sobre o sistema político, o faz *através, por meio*, dos princípios de um outro sistema, o sistema "doméstico". A vida política fica, então, conotada de "domesticidade". Podemos verificar que o mesmo acontece, se retornarmos um pouco, no episódio da luta entre a águia e o touro: projetam-se, sobre as relações políticas, as relações entre os animais, isto é, fala-se *de* política *através* de um sistema que atribui significado às relações entre os animais.

Simplificando um pouco, poderíamos dizer que analisar um rito corresponde a realizar três operações básicas de "deciframento" de sua linguagem: a) descobrir quais as "contradições", os "problemas" de sua linguagem-objeto que o rito pretende solucionar; b) compreender o seu falar conotativo, procurando apreender, por detrás de seus conteúdos manifestos, os seus conteúdos latentes, ou, dizendo de outro modo, passando de seus significados conscientes a seus significados inconscientes e c) contextualizar, em termos da sociedade total, esses signifi-

cados, para descobrir-lhes os seus sentidos sociais, ou seja, analisar o caráter das "soluções" que o rito propõe para os problemas que aborda. Como ilustração, vamos tentar submeter a estas três operações a festa de despedida de Pelé do selecionado brasileiro de futebol.

III

De um modo geral, na nossa sociedade, os jogos correspondem a situações em que, partindo-se de uma igualdade formal absoluta entre os contendores, pretende-se, ao final, produzir diferenças relativas entre eles.

No caso específico do futebol, observamos que, a partir das mesmas regras para as duas equipes, do mesmo campo de competição (dividido em duas metades rigorosamente idênticas em seus mapeamentos), do mesmo tempo disponível para execução das jogadas (dividido em dois períodos exatamente iguais em que, em cada metade do tempo, uma equipe ocupa uma metade do espaço — o que faz com que as eventuais diferenças do campo sejam diferenças iguais para ambas as equipes); a partir de um juiz (neutro por definição), de dois juizes auxiliares simetricamente dispostos e que não mudam de posição quando as equipes trocam as metades de campo que utilizaram na primeira metade do tempo (o que faz com que haja igualdade quanto ao acompanhamento que estes "fiscais" fazem das equipes — se um deles, por exemplo, é mais atento que o outro, será mais atento contra ou a favor de ambas as equipes igualmente, no tempo); a partir do mesmo número de jogadores, por equipe, podendo-se fazer o mesmo número de substituições e utilizar os mesmos apetrechos de jogo (chuteiras, camisas, etc); a partir de todos os fatores aleatórios, como, por exemplo, quem deve dar a partida no jogo, quem deve enfrentar a luz do sol diretamente, etc, serem decididos por sorteio — produz-se, finalmente, uma diferença entre vencedores e derrotados.

Em suma, o futebol é um sistema de igualdades iniciais destinado a se transformar (salvo no caso do empate, em que se mantém a igualdade) em um sistema de diferenças, de acordo com o mérito ou sorte dos competidores.

Se as coisas são realmente assim, somos tentados a ver o futebol como um terreno propício a representar as relações existentes em uma sociedade competitiva e a legitimar as desigualdades sociais resultantes. Podemos encarar o futebol como uma espécie de linguagem ritual, ou seja, de uma metalinguagem, que diz: as oportunidades iniciais são as mesmas para todos, há igualdade de oportunidades; todos estão submetidos às mesmas regras; não obstante, em função de seus méritos, em decorrência de fatores aleatórios, uns serão vencedores e, outros, perdedores. Todavia, assim como no futebol, na sociedade as derrotas são precárias, pois é sempre possível “levantar a cabeça e sair para outra”.

A própria forma da bola — igual qualquer que seja o ponto de onde se a observe — é já um indicador dessa vocação “democrática” dos jogos de bola. Compreendemos, então, que existe no futebol, e nos jogos desse tipo, uma dimensão política que talvez responda por sua larga aceitação nas competitivas sociedades industriais: nos interstícios da linguagem futebolística, poderemos encontrar, expressas de maneiras conotativas, mensagens sobre igualdade e desigualdade sociais. Ele é, simultaneamente, uma metalinguagem e um sistema conotador.

Feita essa pequena introdução à posição ocupada pelo futebol, simbolicamente, em nossa sociedade, delimitamos um domínio dentro do qual será possível refletir sobre a festa de despedida de Pelé do selecionado brasileiro de futebol. Atentemos para os detalhes da narrativa seguinte, por meio da qual pretendemos recordar os episódios que tiveram lugar no estádio do Maracanã, naquele 18 de julho de 1971.

Quando Pelé anunciou que não mais iria participar, como jogador, das seleções brasileiras de futebol, decidiu-se que este evento deveria ser marcado por homenagens, através das quais seriam expressar a admiração e a gratidão do povo brasileiro àquele que foi considerado o maior jogador de futebol de todos os tempos: Pelé, o “rei do futebol” — a quem tantas glórias devia a nacionalidade. Organizou-se, então, uma partida internacional, na qual celebrar-se-ia sua despedida. O adversário escolhido foi a seleção de futebol da Iugoslávia.

Dessa partida, cujo horário foi fixado de modo a atender os interesses de emissoras de rádio e televisão européias, Pelé

participou como jogador apenas durante sua primeira etapa. No intervalo habitual, antes de começar o segundo tempo do jogo, ocorreu a seguinte cerimônia:

- a) as equipes retornaram de seus vestiários, e ficaram aguardando o reaparecimento de Pelé;
- b) Pelé retornou ao campo, mas ao invés de fazê-lo pelo túnel do vestiário de sua equipe, como seria normal, fê-lo pelo túnel do vestiário dos juízes;
- c) Pelé ingressou no campo acompanhado de dois gandulas (aquele que busca a bola, quando esta sai de campo);
- d) esses gandulas eram crianças, uma branca e outra preta, e vestiam camisas da seleção brasileira, com o número dez às costas;
- e) com os gandulas, e sobre a linha central, correu até o centro do campo, onde havia uma bola parada, e a chutou;
- f) recebeu, como presentes, de todos os jogadores da seleção brasileira, as suas camisas;
- g) iniciou, em torno do campo, uma "volta olímpica";
- h) enquanto Pelé fazia a volta olímpica, sobre as linhas laterais e de fundos do campo havia uma espécie de corredor, por onde passava, formado por jogadores de futebol dente-de-leite (crianças);
- i) essas crianças vestiam uniformes de todos os clubes de futebol do Rio de Janeiro;
- j) próximo à baliza em que assinalou o seu milésimo gol, Pelé tirou a camisa da seleção brasileira e, com ela, enxugou suas lágrimas;
- l) terminando a volta olímpica, retira-se do campo, mas não o faz pelo túnel do vestiário de sua equipe, como seria normal, mas pelo túnel destinado à Federação (órgão administrativo dos certames futebolísticos);
- m) Pelé troca o uniforme de jogador de futebol por um ternô e reaparece, sentado na Tribuna de Honra, entre o Arcebispo e o Governador do Estado da Guanabara;
- n) da Tribuna de Honra, assiste ao restante do jogo.

Analisando a cerimônia, vamos procurar na linguagem futebolística o significado dos diversos elementos que aparecem na festa e tentar atribuir-lhes possíveis valores conotativos; em seguida, vamos tentar descobrir se esta linguagem futebolística contém mensagens que procurem solucionar contradições e problemas da vida social e examinar o caráter das soluções que a estas contradições e problemas são oferecidos.

Em termos futebolísticos, o túnel dos juizes é um dos caminhos de acesso ao campo de jogo. Todavia, não é um caminho como qualquer outro (pular o fosso que separa o campo das gerais por exemplo): é o caminho reservado às autoridades do jogo; é o caminho daquele que decide, arbitra e não toma partido senão o da lei (regras). O túnel dos juizes é o caminho da autoridade neutra e, por isso, um caminho neutro.

Ao entrar no campo, Pelé o faz acompanhado de gandulas. Em linguagem futebolística, o gandula é aquele que busca a bola quando ela sai de campo. Ele é aquele que nada decide sobre o andamento da partida; pelo contrário: é a partida que decide sobre o seu andamento. Se existisse uma pirâmide de estratificação social futebolística, o gandula estaria na mais baixa posição da mesma, porque é inteiramente destituído de poder reconhecido.

Mas estes gandulas são crianças. Nada impediria, em princípio, que fossem adultos ou adolescentes, já que em muitos pontos do Brasil e do exterior não são crianças que executam essas funções. Se se optou por crianças, esta opção pode conter algum significado. Pelé, entre muitas famas, tem a de ser um amante das crianças. Todavia, não parece ser este o ponto mais importante. Sociologicamente falando, a criança é aquilo que ainda vai ser, ou seja, um bom significante para "futuro" — porque dela se espera que se desenvolva no tempo. Entretanto, nada nos impede de a vermos também como significando "passado", uma vez que ela é aquilo que já fomos. Este caráter polissêmico, significando ao mesmo tempo "passado" e "futuro", pode parecer contraditório, mas não o é. Adiante veremos como desempenha uma coerente função simbólica no sistema.

Dessas crianças, uma é preta; a outra é branca. Ambas usam a mais festejada camisa da história do futebol: a número dez da seleção brasileira. Iguais. Por que não duas crianças pre-

tas? Ou duas crianças brancas? Não será, pois, difícil, compreender a existência de uma significação subjacente. Ela é a mais elementar, a mais terra-a-terra: uma significa "pessoas de cor branca"; a outra, "pessoas de cor negra".

Correndo sobre a linha central do campo, a que não pertence a nenhum dos lados deste, Pelé chutou a bola que estava parada, aguardando por ele, no ponto central do campo, no centro das "igualdades". Marcou a linguagem que estava sendo usada — a futebolística — e deu oficialmente início à "partida" simbólica que se desenrolou aos olhos dos espectadores.

Esta é uma partida diferente, porém. O tempo ficou para trás: antes de chutar a bola e iniciar a partida, Pelé largou as mãos das duas crianças. A cena não se desenvolve antes da partida. Nem durante. Nem depois. Ela se desenvolve *entre* os dois tempos da partida, em um momento em que não há competição. O tempo, portanto, foi neutralizado e abolido. A cena tornou-se, simultaneamente, pancrônica e acrônica. Não poderia ser diferente, por que *sem tempo* não há despedida e para *todos os tempos* são válidas as proposições que estão sendo feitas. De fato: trata-se de *não despedir*, porque a despedida do símbolo pode significar o adeus da coisa simbolizada, e de *reverenciar* um símbolo cujas virtudes devem estar em todos os tempos.

A "volta olímpica" só pode ser realizada pelos vitoriosos. Em termos futebolísticos, a volta olímpica contém a consagração. Ela é a marca de que ali não está um jogador qualquer, mas um vitorioso. E o vitorioso corria fora do tempo, entre todas as camisas dos clubes de futebol do Rio de Janeiro, camisas estas que são evidentes representações da comunidade futebolística. Esta presença total da sociedade futebolística invoca a presença da sociedade total. A sociedade, com o tempo abolido, estava presente, portanto. Delimitava, pelo corredor que as crianças formavam, os caminhos por onde o vitorioso e a vitória desfilavam. E demarcava também o tempo: o caminho está simultaneamente em todos os tempos (passado, presente e futuro) e fora do tempo.

Pelé detém-se nas proximidades da baliza em que assinalou o milésimo gol e enxuga suas lágrimas na camisa verde e amarela da seleção brasileira. Chora também sobre ela. Aglutina a vitória, a pátria e o indivíduo. Faz, dessas coisas, uma coisa só, porque chorar sobre a camisa da seleção brasileira não é chorar sobre

um objeto qualquer. É chorar sobre as cores da nacionalidade. É, no mínimo, um ato de reverência.

Essa aglutinação pátria-indivíduo-vitória já havia sido feita antes, quando a coletividade dos jogadores da seleção, à época campeã mundial de futebol, presenteou um de seus indivíduos com suas camisas. Há, portanto, uma espécie de reciprocidade complementar entre o indivíduo e a sociedade e a mesma reverência da parte da coletividade para o indivíduo-vitioso-que-segue-pelos-caminhos-que-a-sociedade-delimita.

O homenageado prossegue a volta olímpica, enquanto a multidão grita e implora: "fica! fica!". Os alto-falantes do estádio tocam a marcha "Avante Brasil". O homenageado encerra a volta olímpica. Retira-se, não pelo túnel de algum dos competidores, mas pelos caminhos da autoridade exterior ao campo (embora ainda nos domínios futebolísticos) — o da Federação. A autoridade da Federação decorre da associação de todos e, por isso, não é de ninguém em particular. É neutra. Nesse momento, os alto-falantes do estádio tocam a "Valsa da Despedida".

Não obstante, não se tratava de uma despedida real. Já dissemos que o adeus do símbolo pode ser o adeus da coisa simbolizada. Trata-se, mais apropriadamente, de uma passagem ritual, no sentido que os antropólogos dão a este termo: não é exatamente um término, mas uma mudança de posição e de situação. Pelé troca suas roupas, substitui os signos que apontam a identidade do jogador de futebol por roupas cotidianas. Todavia, essas roupas cotidianas não são quaisquer: são daquelas que se espera que as pessoas de certa distinção usem. Roupas novas, signos outros, Pelé reaparece, sentado na Trituna de Honra, lugar destinado nos estádios de futebol às autoridades e "personalidades". Senta-se entre a autoridade temporal e a autoridade religiosa. E se transforma em espectador da partida. Como os outros.

Esta cerimônia de despedida foi um *rito de passagem*. Passagem da boca do túnel dos juízes, das mãos dadas aos gandulas, à Tribuna de Honra, ponto-de-referência básico do espaço do estádio (as coisas estão sempre à direita, à esquerda ou em frente da Tribuna de Honra, para os locutores de rádio, repórteres e pessoas que procuram se localizar no estádio).

Conotativamente, a festa de despedida de Pelé foi um discurso *sobre* a sociedade. O autor do milésimo gol, indivíduo que realizou a volta olímpica, aquele que agora está sentado entre o Arcebispo e o Governador, na Tribuna de Honra, é aquele que transitou pelos caminhos neutros da autoridade; é aquele que, sendo preto, ocupa uma posição que, na nossa sociedade, é normalmente ocupada por brancos; é aquele que faz a mediação entre pretos e brancos, que concilia simbolicamente uma contradição potencialmente problemática. O homem de pele negra que agora está na Tribuna de Honra, que ocupa o ápice da pirâmide social futebolística, o "rei do futebol", é o mesmo que dá suas mãos aos gandulas, àqueles que ocupam o rés-do-chão da hierarquia social.

Ao espectador, por trás das homenagens ao "maior jogador de todos os tempos", o rito diz: não importa que você hoje nada possa decidir sobre o andamento da partida; não importa se você é branco ou negro; as regras são as mesmas para todos; o campo em que se desenvolve a partida é o mesmo e oferece os mesmos obstáculos e vantagens a todos; se você seguir os caminhos neutros da autoridade, os caminhos que a sociedade aponta, você poderá marcar o seu milésimo gol, dar a "volta olímpica", sentar-se na Tribuna de Honra.

E mais: no fundo, todos nós somos jogadores e espectadores da peleja social, mas os que hoje estão na Tribuna de Honra passaram por aqueles percursos, choraram sobre as cores da nacionalidade e fizeram seus milésimos gols, submetidos às mesmas regras a que você está submetido.

Percebemos, então, de que maneira, subjacente à mensagem futebolística e utilizando a linguagem dos estádios, falando "futebolês", tecem-se sutilmente mensagens de natureza política, dirimindo oposições potencialmente problemáticas: elite/povo, poder temporal/poder religioso, brancos/pretos, futuro/passado, indivíduo/sociedade, diferenças sociais/igualdade social ...

E, nisso tudo, a intencionalidade tem o seu lugar. Nesse domingo, 18 de julho de 1971, às primeiras horas da manhã, os

jornais já circulavam. A edição do Jornal do Brasil desse dia destacava:

“Programa da C.B.D. prevê os mínimos detalhes.

A homenagem oficial da despedida de Pelé foi previamente estudada — em todos os seus detalhes — e deverá seguir na seguinte ordem...”

**ENFOQUE CRÍTICO-
AS CATEGORIAS GERAIS E AS "CIÊNCIAS HUMANAS":
DA CATEGORIA DE COMUNICAÇÃO**

Carlos Henrique de Escobar

Se as ciências são, como discursos, ordens discursivas distintas dos discursos ideológicos — e dos artísticos, que não devemos incluir entre os discursos ideológicos e tampouco entre os discursos científicos — cabe pensar sua especificidade.

Desde logo é necessário reconhecer no *conceito* uma realidade própria, inconfundível - por exemplo, com a *noção*, típica unidade dos discursos ideológicos - que, tal como precisa Canguilhem, se caracterizaria por ser *um lugar de "questões bem colocadas"*. O que significa isso? Significa que os conceitos, articulados e sistematizados, regulam as questões, disciplinam seu movimento resolvendo-as - sem jamais desbordarem da *teoria* - em "conhecimento" desta ou daquela área do real.

Ou ainda, a teoria situa nela, em seus conceitos, num certo movimento metodológico - e num momento preciso da história particular de uma ciência particular - questões como *teoria*, que trocadas com dados e informações de conjuntura resultam em conhecimento produzido. Conceitos, articulação de conceitos, sistematização de conceitos, sempre abertos à história de uma ciência particular, permitem, neste espaço discursivo em *corte* (epistemológico) com os fenômenos empíricos, uma experimentação constante na forma de protocolos epistemológicos rigorosos de verificação.

Sem me demorar mais nisso, mas voltando sempre e quando necessário, cabe perguntar como este discurso, ao mesmo tempo estruturado e aberto a uma história própria pode, receber, sem repulsa ou auto-destruição, categorias de caráter ideológico evidente? Isto é, como, por exemplo, a física poderia - e sabidamente não pode - receber em seu interior conceitual categorias gerais (e ideológicas) como "natureza" e outras? Ora, a física, sua teoria, já dispõe de uma regulamentação própria que repele toda inversão *de fora* de categorias gerais, só permitindo seu remanejamento conceitual nas suas práticas experimentais como história interna e dialética dos seus conceitos finitos e em transformação. É uma transformação que é preservação do seu núcleo teórico próprio, o que justamente nos leva a corrigir a ingênua afirmação de que a física clássica se distingue, a maneira de duas ciências, da física relativista. Na verdade o que houve e pode ocorrer em qualquer ciência é que muitas vezes o processo histórico de transformação conceitual pode

ganhar a forma de uma *refundição* como explicaram Bachelard/Koyré/Canguilhem/Fichant/Pecheux, etc. Aliás, Bachelard retorna muitas vezes sobre a história da física e de suas regiões (como a eletricidade, a química, o campo gravitacional, etc) para mostrar o corpo-a-corpo entre teorias ideológicas na base da constituição destas ciências e do seu papel de *obstáculos epistemológicos*.

Assim como não devemos esquecer que as ciências são e existem como discursos específicos, devemos também lembrar que elas existem num constante e às vezes dramático conflito com teorias-ideológicas que aspiram subvertê-las e inutilizá-las. É por isso também que epistemólogos como Bachelard, Canguilhem, Cavailès, Koyré e outros procuram explicitar seja o *corde epistemológico*, seja o estatuto teórico de *experimentação* (à diferença da "experiência"), seja o *erro positivo* ou erro no interior da teoria - por exemplo, Michelson por respeito a Einstein - frente ao *erro negativo* ou tentativa de investir "ideologia" nos discursos das ciências.

Aliás, é bom que não se confunda o fato de as ciências se fazerem transformando aspectos ou dimensões (especificadas) de discursos ideológicos - por exemplo, a matéria-prima da química na flogística e na alquimia ou da física galileana nas físicas medievais e numa experimentação renascentista não-rigorosa, etc. - com *ideologias externas* que, muitas vezes por motivos político-ideológicos, tentam mutilar as ciências, controlá-las ou mantê-las estacionárias.

Em suma, este *meio de trabalho* teórico, aberto a sua dialética própria, sofre o assédio de um *saber* ideológico sempre e quando estas ciências "novas" - mas também ciências "já provadas" - venham ameaçar, criticar, colocar em dúvida, posições ideológicas dominantes a respeito da "natureza" ou da "história" que, mal ou bem, respondiam a preocupações de reprodução das classes sociais ou das "instituições" disto encarregadas.

As categorias gerais que são combatidas nos "começos" de uma ciência, pois além de excessivamente abrangentes resistem ao trabalho de articulação conceitual precisa, persistem no tempo histórico enquanto durarem suas "razões" ideológicas numa sociedade determinada. Ora, a categoria de *natureza*, por exemplo, que se pretende como *verdade* da "paisagem" histórica do

mundo exterior (diferentes "paisagens" não apenas nas diferentes sociedades, mas nas classes, conforme estejam elas próximas ou distantes pelo trabalho e pela condição social do campo e de seus acidentes e aproveitamentos) se exige como categoria fixa e imóvel, à maneira de qualquer coisa certa, irremovível e indiscutível. Ideológica em sua acepção ela está excluída das ciências, seja da física ou de suas regiões teóricas. Mas retorna sempre, e não digo aqui apenas do seu retorno ideológico nos discursos ideológicos, o que é ademais compreensível, mas do seu retorno no pensamento científico, por exemplo, num tipo de classificação das ciências que se referem à física e suas regiões como "*Ciências naturais*" por oposição não menos aberrante a um outro tipo de discurso "científico" que se resolveu chamar de "espiritual".

Nem existe a tal "natureza" para as ciências do continente físico, que jamais se referem a esta categoria, como também designar os discursos científicos sobre a história, o inconsciente e o efeito ideológico de "sujeito" de ciências "espirituais" é converter conceitos, suas articulações, seu nível específico de realidade *abstrata*, em emanção ou produto de um "espírito" que ninguém nunca viu ou verificou.

Assim se passa também com noções como a de "homem" ou de "humanidade", originárias de filosofias humanistas que atravessam e controlam sorratamente quase todo o painel das chamadas "ciências humanas", e que significam já na origem a incapacitação de fato destes discursos - pretensamente "científicos" - para as análises de conjuntura e conseqüente produção de conhecimento. Pois, como pretender de uma ciência que ela seja boa ou má, humana ou desumana, se tudo isso é tão somente valores que a envolvem na sua "existência" dentro da luta ideológica e política? Nós sabemos que se pode tirar diferentes usos políticos e ideológicos da física na história, mas nem por isso podemos chamá-la de humana ou desumana nela mesma como teoria.

Aliás, é bom que se diga, uma rigorosa análise epistemológica não apenas das famosas *classificações das ciências* - e até mesmo das divisões em unidades (ou institutos) isoladas e em áreas "humanas", "bio-médicas", etc, que a instituição do ensino promove - é urgente e inseparável das esperanças que dife-

rentes intelectuais depositam no trabalho científico. E não apenas pela equivocidade das classificações, mas também e sobretudo porque quase todos estes discursos não existem cientificamente, são simulacros de ciências ou estão divididos e ameaçados internamente.

Acredito que, ao contrário do que muitos pensam, esta crítica epistemológica em profundidade nem sequer começou e quando processada se revelará outra coisa que um trabalho ocioso.

Estas categorias (generalizantes) ideológicas, tais como a "natureza", "cultura", "espiritual" e "comunicação", entre outras, não chegam isoladas, elas existem em pares e cumprem funções ideológicas precisas. O par, bastante estudado, natureza/cultura que Lévi-Strauss, por exemplo, inicialmente validou no livro *Estruturas Elementares do Parentesco* (1949) e que mais tarde criticou (nos *Mitológicos*) serve de ilustração. De certa forma diferentes sociedades pertencentes a tipos variados de organização social utilizam este par categorial para se diferenciarem (seja da natureza, da animalidade, da barbárie ou dos "inimigos") e se auto-prestigiarem (pretendendo para si as qualidades prováveis de cultura, de humanidade, de civilização e de comunidade). Há como se sabe toda uma literatura filosófica pensando esta oposição e creditando verdade e autenticidade a ela. Esta diferenciação mais do que uma verdade é um meio ideológico de se distinguir astuciosamente para aí justificar práticas de exploração material, de subordinação ideológica e política. Esta relação de assujeitamento pode ser tanto de uma sociedade a outra e de grupos sociais no interior de uma mesma sociedade ou até mesmo uma relação de depredação e colonização dos homens frente aos animais e à paisagem.

Os estudos hoje da ideologia, combinados com o estudo da história, seja na forma de análises do Estado e de seus aparelhos, seja na forma de análises dos comportamentos ditos divergentes (as psicoses, as perversões, a delinquência, etc) ou na forma de estudos dos chamados subsistemas ideológicos (classes ou grupos sociais) mais os estudos de etologia e zoosemiologia (comunicação em sociedades animais) relativizam e inutilizam todo esse corolário de grandes pares categoriais diferenciadores. Aliás, não é fácil esquecer que a história do colonialismo europeu e

não-europeu se fez com o suporte ideológico de categorias como "civilização", "selvagem", "racional" e "irracional", "ocidental" e "oriental", etc.

Por outro lado é necessário reconhecer que nesta crítica epistemológica às categorias gerais deve-se incluir, e inseparavelmente, uma crítica às chamadas "ciências humanas e sociais" que não só deixam-se gerir por estas mesmas categorias como ademais estão seriamente comprometidas com práticas ideológicas e políticas de subordinação e controle. Subordinação esta indistinguível do papel que elas têm de impedir que a *ciência da história* as substitua na tarefa de conhecimento a que se propõem. As instituições, e como tais articuladas com o Estado, cuidam do prevalecimento intelectual deste tipo de considerações, impondo uma situação de marginalização forçada às análises que fazem uso de outros meios que não aqueles legitimados pelos preconceitos próprios a estas categorias.

É por isso que muito pouco se tem avançado nestas teorias ideológicas - senão na forma de imagens falsas - a respeito das classes e grupos sociais, do Estado, das contradições concorrentes às relações de subordinação e de poder no interior das instituições, ou da língua, do inconsciente e do efeito ideológico de "sujeito", etc.

Sabe-se hoje que esta crítica às ciências "humanas ou sociais" não deve-se descuidar também do esforço que estes mesmos discursos realizam, com auxílio de resíduos matemáticos e estatísticos, para simularem um campo de experimentação próprio. E isso é importante pois a experimentação subentende a presença da teoria já que ela não é senão o seu desdobramento. Diferentes exemplos poderiam ser dados com esta ou aquela das "ciências humanas" que referendariam o todo dessa nossa crítica. A psicologia, para se referir a apenas um caso, não se sustenta apenas em suposições (físico-psicológicas, "sujeito", interior-exterior, causas físicas, instâncias supostas, condicionamentos, etc) isoladas para encaminhar "correntes psicológicas", mas também práticas de inculcação e reparação ideológica de agentes sociais. Ela opera igualmente com quadros estatísticos dentro de uma concepção de medida espúria, isto é, não científica. Disso tudo decorre um painel de teorias-ideológicas frágeis que não suportam as críticas que hoje se dirigem a elas e mostram a que

ponto a chamada "psicologia experimental" tem se revelado mais um outro capítulo da fisiologia experimental que qualquer outra coisa. Da mesma forma como os chamados testes psicológicos são grosseiras correções ideológicas impostas aos agentes sociais muito mais do que qualquer tipo de avaliação. Ou então, o que é o mesmo, uma avaliação tendenciosa, e portanto fundada em valores ideológicos e em objetivos de aproveitamento material e intelectual determinado do agente social.

Evidentemente é necessário sair de uma crítica excessivamente genérica das ciências "humanas e sociais" e se deter em áreas particulares destes discursos, ou ainda determinar dentro deles suas diferentes espécies e dirigir a cada um críticas pormenorizadas. Críticas que procurarão mostrar como a sustentação ideológica destes discursos se realiza em categorias gerais e que denunciarão as formas empiristas de medida e muitas vezes também o caráter artificial da apropriação que muitos deles fazem de métodos concernentes a outras ciências. Particularmente métodos da física ou, mais recentemente, da lingüística.

Descaracterizadas teoricamente e suportadas pelas instituições e o Estado, estas "ciências" são o que são, isto é, práticas realizantes do sistema ou mais precisamente, medidas e técnicas de reprodução das classes e grupos sociais.

Ora, nós sabemos que as sociedades não são organismos mas processos e que elas ao se reproduzirem se reproduzem diferentemente. O que significa dizer que em todos os níveis as contradições estão presentes, até mesmo nas "ciências humanas" como discursos estratégicos das instituições, ou nas instituições como trabalho de produção e reprodução ideológica. O que nos permite compreender que no interior das "ciências humanas e sociais" existam discursos em conflito assim como no seio das instituições possam aparecer coisas como anti-psiquiatria, correntes filosóficas no interior da Escola que se degladiam, tendências divergentes no aparelho religioso, etc. O importante será observar o que nestas contradições aponta para uma *reforma* muito mais que para uma transformação significativa, tanto dos discursos quanto das instituições.

O que implica então que esta *leitura crítica* das "ciências humanas" e das instituições que as suportam, isto é, da coerência destes discursos estratégicos com as práticas que os suportam

(tanto como das contradições não-antagônicas que entre eles exista) seja enriquecida pela presença da *ciência da história*. Presença ademais fundamental visto que a todo momento estamos falando de história, tanto no que diz respeito à articulação de discursos e práticas sociais, como no que concerne o papel das ideologias frente às ciências.

E quando reivindicamos a ciência da história como o nosso meio teórico junto à epistemologia-crítica queremos deixar bem claro que esta última não teria muito alcance crítico na ausência da primeira. Seja como for e no que nos interessa aqui, a ciência da história se reconhece um discurso conceitual que se apropria da realidade social em termos apenas teóricos e sempre relativos. É “relativos” porque toda ciência *conhece* por seus conceitos e num momento dado de seu desenvolvimento particular. Ademais esta ciência não se sustenta em nenhuma categoria geral, muito menos naquelas que como a de “natureza/cultura”, humanidade/animalidade, racional/irracional, civilizado/bárbaro, interior/exterior, etc. estão no centro de muitos discursos de conhecimento das “ciências humanas”.

Vejamos pois o que ocorre com a categoria de “comunicação”. Desde logo, tal como acontece com as outras categorias, ela dissolve todo um conjunto de diferenças na forma conciliadora de um suposto comportamento uniforme. Pretender de todos a “comunicação”, como na ciência política burguesa se diz de todos como “cidadãos”, é escamotear a prática diferenciada da comunicação social como na ciência política burguesa não situar os direitos e valores diferenciados que a categoria política de “cidadão” recobre historicamente. Assim, já neste enfoque empirista, a categoria de comunicação está pretendendo uma universalidade paralela àquela concernente à categoria de “sistema de língua” e então se mostrando incapaz de conferir à noção de comunicação toda a materialidade histórica que ela implica assim como o significado de conquista e perda histórico-política do exercício da comunicação por respeito aos setores sociais em luta. Isto é, se a categoria de comunicação é genérica ela é também um meio de escamotear as verdadeiras questões que a comunicação nos coloca ao impor uma “gramática” abstrata daquilo que a comunicação é como “instituição” articulada com o Estado — privada ou pública — e com os discursos ideológicos.

Vê-se pois que começo reivindicando para conteúdo desta categoria — e até mesmo no seu uso não rigoroso — todos os fenômenos que a atravessam no interior da história. No entanto sei que esta apropriação da história real pela teoria se dá no conceito e em dimensão relativamente autônoma. A relação entre as ciências e as contradições sociais — estas mesmas contradições a que uma teoria da história ou de suas regiões, se refere em plano teórico — necessita de uma *política*, de uma prática política, e isso jamais porque as ciências sejam algo sem importância para a história mas porque só interferem nela por mediações políticas e ao nível da luta social objetiva.

Mas voltemos ao tema da apropriação de métodos externos que estes discursos realizam (no caso aquele que alguns chamam de “ciência da comunicação”) e que são nascidos e produzidos tanto quanto exclusivos de suas ciências de origem. Refiro-me à utilização do método lingüístico pelos teóricos da comunicação e ademais de uma lingüística imobilista e fixista como é a lingüística estruturalista. Esta apropriação se deixa vaziar de toda uma nomenclatura dos discursos descritivistas da chamada “teoria da informação” que somados resultam numa gramática radicalmente simplista que passeia entre as noções de emissor/receptor/meio/ruído/fonte/etc., gramática que além de não capturar as regulações dos discursos em geral não consegue precisá-los como discursos particulares e como discursos posicionados nas contradições da história.

Enfim, o termo “comunicação” é no máximo a indicação (o indicador) de problemas de diferentes ordens que se atravessam e que dependem para sua análise tanto de uma articulação de todas estas dimensões quanto da determinação do peso dialético diferencial de uma por respeito à outra. Achamos que a exclusão das questões históricas concernentes ao “sistema” que eventualmente perfazem certas linguagens resulta da tentativa de tornar estas questões inatistas ou metafísicas. E questões estas que não se limitam ao esquecimento intencional do “discurso” e num plano subordinado da “parole”, como questões próprias à problemática da “língua”, isto é, próprias à condição dos *meios de trabalho (lingüísticos) dos discursos ideológicos*. Mas que se aprofundam quando ao recalcar a história — este núcleo de sentido e de articulação de todas as práticas — fazem do seu discurs-

so (pretensamente científico) uma filosofia da verdade. As reflexões apocalípticas de Lévi-Strauss (na "Introdução" à *Antropologia Estrutural I*, no fim de *Tristes Trópicos*, em certas passagens dos *Mitológicos*, e na parte final do seu último volume) fazendo coincidir a forma do cérebro humano e a sintaxe do inconsciente vazio ou prognosticando nos fins dos tempos um encontro entre ciências físicas e humanas, as crenças em uma ordem última e fundamental que regularia todos os discursos, isto é, todas as práticas, fica a um passo da certeza de uma ordem divina regulando tudo e todos. Ora, frente a isso, é urgente e fundamental empreender uma crítica a todos aqueles que desbordam os conceitos da história e procuram fundamentar todas as questões em ordens, substâncias, regras, seres, que escapam ao quadro dialético da história.

Da mesma forma um enfoque — aliás na mesma linha técnico-estruturalista — que afirma que os meios de comunicação (explicitamente de comunicação ou implicitamente de comunicação) são "sistemas" *neutros* que, como tais, não devem ser encarados no contexto das contradições, ou na mesma linha de reflexão o "economicismo" de certas interpretações da história, que afirma que mais que uma questão política a questão dos agentes sociais é uma questão de desenvolvimento econômico, estão igualmente se sobrepondo às contradições históricas, tanto ao autonomizar as técnicas de comunicação como ao desarticlar forças produtivas de relações de produção, na análise das sociedades.

Isto tudo não deve ser desprezado porque nos leva a nos opor a todos aqueles que admitem os meios morfofonológicos como indiferentes ao corpo ideológico de todo discurso de língua ou pretendem neutralidade das formas de comunicação, como se elas não fizessem parte articulada com os termos de pregação, formação e reprodução ideológica.

Trata-se pois de um trabalho crítico-epistemológico que deve ser dirigido imediatamente contra as teorias da língua articulada e as teorias da comunicação que escamoteiam sua presença na história e sua realidade de suporte técnico-ideológico desses tipos de discurso. Este "trabalho" como tentamos demonstrar é inseparável de uma crítica mais ampla das chamadas "ciências humanas e sociais" e de toda uma nova proposição teórica que

implica articular uma lingüística e uma reflexão não idealista da comunicação com a ciência da história.

A verdade porém é que esta crítica assim como esta nova proposição não passa de todo um quadro teórico difuso que hoje vai se esboçando ao lado e na medida em que as regiões teóricas desta ciência da história vão se caracterizando. Pensar os discursos de língua articulada e os meios de comunicação em sentido amplo (ou aparelhos de Estado) e os meios de comunicação propriamente ditos (ou aparelhos ideológicos de Estado deste ou daquele tipo de comunicação) como meios de trabalho articulados com formas históricas de discursos ideológicos é redefinir o espaço de questões (os conceitos suportes desta reflexão) onde se devem situar estes estudos.

Isto significa articular os estudos da língua e da comunicação com os estudos da história e no momento mesmo onde já operamos todo um espaço crítico-epistemológico de base materialista que tem nas ciências — e não nas filosofias — o lugar onde o conhecimento se produz.

Duas observações ainda cabem aqui: 1) Estes meios técnico-formais são inseparáveis do propósito histórico dos valores e papéis ideológicos que o discurso-instituição faz passar através de sua prática. O que significa dizer que não se poderia falar de meios de comunicação em geral ("comunicação") e muito menos autônomos. É por esta articulação que eles são históricos e historicamente articulados. 2) Se as formas de comunicação histórica nos diferentes aparelhos (ou instituições) estão articuladas com o papel do Estado na produção e reprodução social, cabe refletir um pouco mais a respeito de "ordens" tais como o inconsciente, a língua (a que já nos referimos) e as formas simbólicas. Estas ordens artificialmente sistematizadas e idealmente separadas da história não "existem" senão como produtos dos aparelhos encarregados de produção e reprodução da ideologia. O efeito de "sistema", ou a imagem de sistema, decorre destas práticas sobretudo se elas persistem desconhecidas.

Ora, como se vê as questões teóricas são imensas e transcendem estritamente aquela que concerne a presença de categorias gerais no lugar de teorias articuladas com a ciência da história. Ou ainda estas questões se especificam em cada área de problemas concernentes à história, à ideologia, à política, etc, e devem constituir lutas teóricas sérias e prolongadas.

PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL

R. A. Amaral Vieira

Contrastando com a formação histórica da maioria dos Estados americanos, a tendência presente da cena brasileira confirma as origens de nossa organização fundada no binômio centralismo-intervencionismo, quase sempre associado a um governo forte, constitucional ou não. O autoritarismo entre nós jamais esteve dependente da fonte do poder; monárquico ou republicano, representativo ou coroando sucessos militares ou insurreições populares, o exercício do governo conheceu as mais diversas formas, desde regimes de índole a mais liberal até manifestações de exacerbado autoritarismo e exceção jurídica.

Dessa forma, os problemas da comunicação no Brasil têm raiz em duas características da sociedade brasileira contemporânea - o subdesenvolvimento e o autoritarismo, o primeiro como categoria econômica, o segundo visto como categoria política, mas imbricados ambos, na origem e nos efeitos.

Se ao autoritarismo não se pode reduzir o caráter de nossa experiência política, o centralismo político-administrativo e a crescente hipertrofia do poder estatal representam, todavia, sua marca mais significativa.

Como pano de fundo, sejam citados nossos 400 anos de desincentivo à manifestação de uma autêntica cultura nacional, vale dizer, nosso apego à psicologia do colonialismo.

Do autoritarismo derivam, em ordem direta, a censura prévia, a autocensura e o desestímulo à criação. Do subdesenvolvimento decorre a pobreza dos canais, a baixa participação do povo nos bens da cultura e a entrega dos meios de comunicação de massa e, por via de consequência, da cultura, à ação e controle dos interesses econômicos e políticos estrangeiros, ação e controle que vão desde o alienar a gerência das empresas, até a colonização cultural. Fechando o círculo e interagindo, a nossa predisposição a aceitar e supervalorizar tudo o que vem de fora. Assim, esse quadro deixamos indefesos, desprotegidos à ação estrangeira, também facilitada pelo autoritarismo político que, mediante a censura, entre outros instrumentos, estreita as portas dos canais às manifestações culturais autóctones - música popular, cinema, teatro, rádio, tv e livros-, inibindo o autor nacional, do que decorre, para o empresário, *ipso facto*, a opção pelos enlatados no seu sentido mais amplo, a música, o cinema, a dramaturgia, o texto, o programa da tv americana, estrangeiros, todos por essência desvinculados da realidade bras., e

assim, isentos dos riscos inerentes a uma produção nacional, riscos que poderão ser medidos sabendo-se que nos últimos 10 anos elevou-se a mais de 400 o número de peças teatrais proibidas, informação que adquire significado maior se compararmos essas 400 peças com as 55 interditas pela Censura Federal nos seus 35 anos de existência, de 1930 a 1964 (JB 1.7.76).

Para o empresário a opção pelo enlatado é mais cômoda, mais rendosa, mas é igualmente a mais nociva ao País. Já não se põe em relevo, tão só, suas conseqüências óbvias sobre o mercado de trabalho e a formação de técnicos e artistas brasileiros, mas se ressalta a alienação cultural que abre caminho à colonização. Nossos valores são esquecidos, a temática brasileira é posta de lado, por onerosa ou perigosa, dependendo sua livre germinação talvez de uma geral mudança de rumos da sociedade brasileira. A solução cômoda e segura é preencher os espaços dos veículos com a produção americana, principalmente, alienante, sejam simplesmente os filmes que trazem para dentro de nossos lares a violência e toda a problemática daquela sociedade, com os quais são alimentadas nossas platéias, sejam os programas montados aqui sob a fraude da aparência de produção local, reduzindo a experiência da humanidade à experiência americana. Estamos construindo para nosso povo o mais estu-pendo conjunto de antolhos de que a humanidade tem notícia, pois é do tamanho de nosso país e reflete a aterrorizadora força de uma tecnologia altamente sofisticada que se manifesta ao largo de princípios éticos. Essa opção é igualmente perniciosa quando impede a produção da cultura nacional, a manifestação de sua pujança.

Assim, somos país que se libertou da tutela física, vale dizer, política, do colonizador, mas que não teve condições objetivas de afirmar sua força espiritual. Estamos falando da psicologia do colonialismo, ou melhor, do colonizado, tão atuante entre nós, em cada época de nossa história, amalgamada a componentes táticos de políticas internas de conjuntura, formando às vezes um agregado inconcebível, de tão caótico, de tão antagonico. Se por um lado - segundo a psicologia do colonizado - tudo o que vem de fora, isto é, dos polos desenvolvidos das regiões com as quais temos afinidades ideológicas, é melhor - por outro lado, o nosso é o melhor país do

mundo, porque aqui não há racismo, guerras, tremores de terra, vulcões e outras mazelas. Se há secas, essas não são noticiadas, e quando o são, recebem tratamento tão breve e objetivo que perdem a carga de dramaticidade e sofrimento a elas naturalmente inerentes, assumindo mais o caráter de capricho de uma natureza que às vezes também se cansa de ser pródiga. Assim teríamos: "Qual mal há em que tudo que vem de fora seja melhor, se o nosso ainda é o melhor país do mundo"?

A ação das multinacionais na cultura é o segundo tempo de exercício de sua influência na economia brasileira como um todo.

É preciso não esquecer que, em 1970, as 15 maiores sociedades anônimas do País, segundo classificação da Fundação Getúlio Vargas (Conjuntura Econômica, julho de 1971), apresentavam um capital imobilizado conjunto superior às 485 restantes da relação das "500 maiores". As 20 primeiras dessas 500 obtiveram lucros superiores às restantes 480. Pois bem: entre as 15 primeiras, apenas uma pertencia ao chamado capital privado nacional, a Cia. Cervejaria Brahma. Entre as 20 se incorpora apenas mais uma nacional, o conglomerado S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Em 1971, tivemos, dentre as 20 primeiras, 12 estatais, 6 estrangeiras, 2 de capital privado nacional. Em 1972, novamente 12 estatais, 7 estrangeiras, 1 de capital privado nacional. Em 1973, 12 estatais, 7 estrangeiras, 1 de capital privado nacional. Finalmente, em 1974 (o Instituto Bras. de Economia, da FGV, não divulgou sua análise relativa a 1975) tivemos 14 estatais, 5 estrangeiras e 1 de capital privado nacional.

A baixa renda per capita - e ainda há os que insistem na necessidade de fermentar o bolo antes de fazê-lo em fatias ..., sem temer que os convivas abandonem a festa - por seu turno, reduz o contingente de "compradores" da cultura - e a política de concentração de renda imporia uma produção industrial a ela adequada, e por isso são poucos os que têm acesso ao teatro, ao cinema, à tv e ao livro, transformados em veículos elitistas. Em um país de 110 milhões de habitantes, não é superior a cinco mil exemplares a média de tiragem de livros não didáticos! Daí, no disco, no livro, na tv, a tendência à importação, pois, a pobreza do mercado consumidor torna inviável as grandes tiragens, com o que é cada vez mais solapada a cultura nacional.

O disco importado é mais barato, o livro importado é mais barato, o filme importado é mais barato, como mais barato é o programa de tv importado, malgrado a nova política governamental de barreiras alfandegárias...

Um long-play produzido no Brasil custa em média 50 a 60 mil cruzeiros, fora as somas reservadas com o "marketing", a "caituagem" ou a promoção publicitária do cantor ou executante. Com o disco estrangeiro, notadamente o americano, é diferente. Já vem pronto, não há o que produzir. A subsidiária brasileira recebe uma fita com música já gravada e um fotolito de capa e contracapa. A promoção do cantor, essa já preexiste, pois para isso atuam o cinema, os disc-jóqueis, os musicais da tv, toda a imprensa, enfim ... O nome estrangeiro já começa vendendo simplesmente por ser estrangeiro. O fato é tão notório que dele se servem músicos e gravadoras brasileiros. Quem desconhece que Bob Fleming foi o pseudônimo com que o saxofonista patricio Moacir Silva tornou-se nacionalmente conhecido? O mesmo se dá com o mercado editorial, pois é muito mais barato e rendoso à Editora Nova Fronteira, cujo lema é "Sempre um best-seller", lançar, paralelamente às suas exhibições na tv e no teatro a autobiografia de Uri Geller, ou à Distribuidora Record do Rio de Janeiro, por exemplo, traduzir o "Tubarão" e lançá-lo juntamente com o filme, aproveitando a onda promocional financiada pelo produtor americano, que se aventurarem em lançar um texto de escritor nacional, mesmo que esteja em domínio público. Seus dirigentes, de ambas as editoras, se orgulham de comprar, nos Estados Unidos, direitos autorais de livros ainda não escritos. Mas de modo algum se arriscam em lançar um texto nacional, mesmo pagando apenas 10% sobre o preço da capa a partir de seis meses após o lançamento e na medida da prestação de contas de suas vendas... e nosso público reproduz o comportamento de todo colonial em face de tudo o que vem da metrópole....

Fruto do subdesenvolvimento agravado pela política econômica fundada na concentração de renda e no urbanismo, a redução do mercado consumidor imporia o alto custo da produção cultural, e este, a queda da produção, e, com ela, a crise da indústria editorial. Os discos, os livros, etc., são caros porque suas tiragens são baixas, essas tiragens são baixas porque poucos

podem comprá-los e porque poucos podem adquiri-los são baixas as tiragens... Essa crise, fruto da situação presente do país, é estimulada, de um lado, pela já vista política econômica que força as fusões e os conglomerados de empresas, e, de outro, pela própria estrutura tecnológica dos veículos. Assim, a crise econômica leva editores, gráficos e jornais à concordata, quando não à falência, e o processo tecnológico da emissão da informação, associado a esse quadro, impõe o jornal nacional e a rede nacional de televisão.

Essa tendência atinge o paroxismo na literatura infantil, constituída, em sua maioria esmagadora, o que é facilitado por suas características gráfico-editoriais, de títulos e produção estrangeiros. O texto é estrangeiro, a ilustração é estrangeira, o papel é estrangeiro, como estrangeiro são a impressão, o fotolito, a capa, o acabamento. Nacional apenas o nome da editora. A livraria do aeroporto do Galeão, conhecida pela variedade de seu estoque, oferecia, no dia 11 deste julho, 153 títulos infantis, 13 dos quais apenas impressos no Brasil, a partir de fotolitos estrangeiros; 118 escritos, compostos, impressos e acabados no exterior, no Japão e na Espanha, principalmente. Cinco desses livros, 5 de um total de 153, eram brasileiros, escritos por autor brasileiro e produzido no Brasil, cinco textos do saudoso Érico Veríssimo editados pela Editora Globo. Relativamente aos quadrinhos, encontramos um total de 174 títulos, dos quais apenas dois eram brasileiros, *Mônica* e *Cebolinha* do Maurício de Souza. Nesse mesmo domingo, dia 11, a televisão carioca - Tv Rio, Tv Tupi e Tv Globo - anunciavam seis filmes, todos americanos. Segundo o Ministro das Comunicações, das 109 horas semanais da televisão brasileira, apenas 31 horas eram preenchidas por produção nacional, e como tal o Ministro deve ter incluído programas como *Fantástico*, *o Show da Vida...* Pesquisa de *O Estado de São Paulo* revela que 150 filmes estrangeiros foram exibidos pela Tv paulista em uma só semana, e que nestes 150 filmes havia 365 assassinatos e mais de 2 mil atos de agressão, socos, pontapés, tiros, facadas, pauladas (JB, 2.5.76).

E que literatura é essa com a qual estamos intoxicando nossas crianças, em faixa etária caracterizada pelo processo passivo da aprendizagem? A madrasta que manda arrancar o coração.

da enteada? Ou a netinha que mata a avozinha no azeite fervente? Ou a Rainha invejosa que envenena a Branca de Neve?

Aos inconvenientes de ordem pedagógica, somam-se os de ordem cultural, econômica e social. As crianças do Rio de Janeiro são informadas de que o açúcar é retirado da beterraba e ficam sem compreender as usinas de Campos; no Ceará elas lêem histórias desenvolvidas em cenários de inverno e neve; todas elas ficam sabendo que os irmãos Wright são os verdadeiros inventores do avião ... enquanto se fecha o mercado nacional para o autor nacional, o ilustrador brasileiro, o arte-finalista brasileiro, o gráfico, o papelheiro, enfim ao operário e ao intelectual brasileiros ...

Essa formação que, com a literatura infantil impressa e a Tv, nela com destaque além dos Kojacks a série de animados antipedagógicos e sadomasoquistas, estamos dando à criança brasileira; alienação cultural associada à violência da civilização americana, com a qual não temos qualquer compromisso. É fato evidente que essa sociedade em nossos dias está a fazer como que um balanço de seus 400 anos de puritanismo exacerbado. Abafada quase à asfixia ao peso dos cilícios de uma rígida moral maniqueísta, assistimos hoje ao seu *streap-tease*. O culto do herói - o mocinho do faroeste - é substituído pelo do anti-herói - o Poderoso Chefão. A pornografia, a perversão são opostos à pudicícia hipócrita. A mesma reversão de valores será válida e oportuna para a sociedade brasileira? - perguntamos.

Na medida em que abafamos os valores nacionais e os substituímos pelos implícitos na ficção norte-americana, já que é a mais atuante entre nós, estamos impedindo a formação de uma consciência nacional, alienando culturalmente nossas crianças, destruindo de fato a alma nacional, e dificilmente poderíamos levar os meios de comunicação de massa a cometer crime mais grave contra a nacionalidade. Estamos, com esses recursos, formando um povo sem raiz na terra, sem compromisso com sua história, sem compromissos com seu futuro, povo sem identidade e, portanto, sem independência, facilmente conduzível, amoldável como água.

As populações do interior, e do interior aqui significa o que está fora das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, têm seu orgulho aguçado pela observação de que estão assistindo à

mesma programação oferecida, simultaneamente, a cariocas e paulistas. Essa vaidosa platéia, que reduz seu mundo às emissões da *Globo* e da *Tupi*, à leitura do *Jornal do Brasil* e do *Globo*, esquecida de seu próprio mundo, está perdendo o senso de comunidade, deixando apodrecer suas raízes, perdendo, por falta de exercício, seu significado e sua identidade cultural. O frevo e o baião, a tradição do rico folclore brasileiro, as toadas, nossa língua e nossa linguagem, tudo isso está fora das preocupações dos grandes meios de comunicação de massa. Se o mercado consumidor de chicletes está ligado à urbanização e a seus valores - viva a *urbes* e o *espírito da urbes*. Unindo o Brasil de norte a sul, unindo na mesma emissão o carioca de Ipanema e o cearense da caatinga, o paulista e o gaúcho dos pampas, a televisão vai igualizar tudo, mediocrizar tudo, e dentro de pouco tempo teremos outra vez o *coliseu, pão e circo*.

A nação em sua totalidade sofre a tendência moderna à concentração de empresas, redução de canais e às emissões em cadeia nacional. A imprensa carioca que já possuiu quase duas dezenas de jornais está hoje limitada praticamente a dois veículos, os já mencionados *Jornal do Brasil* e *O Globo*. (É verdade que, ao lado desses veículos há a imprensa marginal, dedicada ao crime e ao escândalo, no Rio de Janeiro liderada pelo *O Dia* e em São Paulo pelo *Notícias Populares*). O mesmo se dá relativamente à televisão. O Rio que já possuiu cinco emissoras em condições de competitividade, está limitado à Tv Globo e a uma repetidora, a *Tupi*, cujos programas são produzidos em São Paulo para todo o país. Embora o Brasil tenha em operação mais de quarenta canais, dispõe de apenas dois geradores de programas: a *Globo* no Rio e a *Tupi* em São Paulo, a cujas redes praticamente se reduz a *pujante* televisão brasileira.

A tendência ao jornal nacional e à emissão nacional de tv, traz consigo a morte do jornalismo de província, depois de já sepulto o jornalismo de opinião - lembre-se - com suas graves implicações tanto do ponto de vista sociológico quanto econômico. Estabelece-se no centro do País um padrão de cultura e esse padrão é praticamente imposto a todo o resto da nação mediante os mais modernos recursos tecnológicos. O Centro-Sul passa a exercer sobre o resto de País o mesmo papel de colonialismo cultural de que é vítima...

Ao lado de todos esses problemas, que giram mais ou menos em torno da órbita do econômico, há outra sorte de grandeza, representada pelas questões políticas decorrentes daquelas características já referidas de nossa cena política presente.

Os problemas com os quais nos defrontamos são políticos e politicamente é que devem ser enfrentados. Não há análise possível sobre a comunicação de massas no Brasil se encararmos esse fenômeno apartado de suas relações de Poder. A comunicação de massa, que o preconceito denominou de social, é fundamentalmente um fenômeno político, imbricado com o sistema e com o quadro institucional. As perspectivas da comunicação em nosso país são ditadas, aqui como em todo o mundo, pelas perspectivas da vida nacional e refletirão como espelho o Estado brasileiro, suas características presentes, a composição do poder, seu comprometimento histórico.

Se a comunicação de massa é - de particular em países como o nosso, subdesenvolvido e em busca de sua identidade política - instrumento de intervenção social, o comunicador, nos seus mais diversos níveis, é agente de equilíbrio dos conflitos e das tensões sociais. A qualidade de sua intervenção no social é ditada pela ideologia do Estado, a qual dificilmente pode deixar de conhecer, embora possa sempre, tendo consciência de seu papel, exercitar ao máximo a arte do possível.

A comunicação de massa é instrumento do Estado e como tal seu exercício está condicionado pela política vigente, no caso brasileiro caracterizada pela opção pela economia de mercado, desenvolvimento econômico acelerado com ênfase na industrialização, convívio com os investimentos estrangeiros e "segurança" interna ainda que imponha a preponderância do Estado sobre a sociedade civil, pois, em nosso caso, a opção pelo liberalismo econômico não implica a opção pelo liberalismo político. Ao contrário, o Estado forte, autoritário, é o modelo político de sustentação do modelo econômico embora se saiba que o desarranjo econômico determina avarias na estabilidade política.

Esta opção pelas linhas da economia de mercado - associada, todavia, a um Estado intervencionista que vê crescer sua capacidade regulamentar - refletem a preferência pelo desenvolvimento urbano, na tentativa de construção de uma massa

(ou de uma elite?) de consumidores, beneficiária do esforço nacional: os consumidores de eletro-domésticos e volkswagens, na base de cujo consumismo espera o governo pôr em circulação a riqueza que a sua política econômica concentrou.

Nesse quadro de realidade é que se situa a comunicação e o comunicador brasileiro, expressão social concreta do vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura.

Há uma cultura brasileira e dentro dessa cultura é que nos movemos.

Na análise aos meios de comunicação de massa em nosso País, ao seu desenvolvimento, precisamos conter o entusiasmo pelas conquistas tecnológicas e transferir nossa melhor atenção para o controle sobre o uso e manuseio dessa parafernália e o projeto de sua atuação sobre as massas.

Seria de todo relevante estudarmos de par com a evolução dos meios de comunicação de massa, a evolução do processo político brasileiro.

É preciso não perder de vista, ainda, que tudo o que aqui se ventitou diz respeito a uma minoria de que fazemos parte. Somos um país de 110 milhões de habitantes cujo jornal de maior circulação, tem uma tiragem pique de 259 mil exemplares, uma vez por semana. É um jornal nacional!

Se a tendência do poder é ocultar a informação, a necessidade da opinião pública é manter-se informada e esse é o interesse do País, pois o grau de informação da opinião pública é a medida da liberdade desse povo, ou, como observa Karl Jaspers: "O que determina o destino de todos, deve, por exigência da liberdade política, passar-se em público. A reflexão deve ser pública e preparada em público a decisão. A consciência brotará dessa base e não da confiança cega".

É relevante assinalar que o conhecimento da realidade é o primeiro e indispensável passo para a intervenção no social. Se se bloqueiam as nascentes da informação, não há conhecimento possível.

(Julho de 1976)

A INDÚSTRIA DO LIVRO NO BRASIL

Fernando de Almeida Sá

“Quem passa três dias sem ler perde a vivacidade da palavra e até a beleza do rosto.” (Provérbio chinês)

Desde nosso descobrimento, nunca nos foi permitido criar o hábito de refletir sobre a nossa realidade. Sabemos muito pouco sobre nós mesmos e o que sabemos dos outros nos é servido mastigado, digerido e traduzido. Em conseqüência, sabemos mais dos outros do que de nós ou, pior ainda, sabemos de nós pelas palavras dos outros. Somos um país que criou poucas idéias, impotente, portanto, para enfrentar o colonialismo cultural.

Daf, caso tivéssemos que indicar um exemplo do setor produtivo da economia brasileira, que estivesse totalmente comprometido com o desenvolvimento sócio-cultural de nosso país, não vacilaríamos em apontar o setor gráfico-editorial. Achamos, inclusive, que mesmo dentro da indústria cultural, este setor assume um relevo negativo em virtude de suas peculiaridades.

Ao contrário da indústria cinematográfica brasileira, da indústria fonográfica, do teatro, do rádio e da televisão; para que qualquer cidadão sinta o desejo de adquirir um livro é necessário um pré-requisito básico: ser alfabetizado. Mas é preciso muito mais, é preciso que o mesmo cidadão tenha ou esteja disposto a adquirir o hábito da leitura, que tenha ou esteja disposto a transformar o ato de ler em ato de lazer, que comprar e ler um livro seja uma atitude dessacralizada, destituída do mito da erudição.

E, ao constataremos nossa atual realidade, verificamos o quanto teremos que caminhar para atingir o mínimo indispensável já assinalado.

O Livro

Apesar dos arautos de sua morte próxima, é inegável que o livro continua sendo o objeto mais importante da cultura ocidental, no tocante ao registro e transmissão de conhecimentos, no sentido mais amplo da palavra. Hoje, ainda podemos dizer

que um dos fatores que indicam o grau de civilização de um país é a proporção quantitativa e qualitativa de consumo de material impresso por sua população.

Ora, somos um país com 110 milhões de habitantes e, salvo raras exceções, a média das tiragens de livros de literatura ou daqueles que se destinam ao público universitário oscila entre 4 e 5 mil exemplares. As raras e nem sempre honrosas exceções podem ser encontradas: no *best-seller* estrangeiro, se possível acompanhado do filme que lhe garantirá a promoção; qualquer romance de Jorge Amado; algum texto que, no momento, esteja sendo adaptado para telenovela; alguns autores selecionados pela comissão do vestibular e os livros didáticos de 1^o e 2^o graus, cuja compra é compulsória. Qualquer sucesso de venda de livros fora destas opções é surpresa.

Junte-se a este quadro um açodamento implacável por parte dos veículos de telecomunicação, a crucificação do pensamento através dos exames vestibulares e o baixo poder aquisitivo da população, para termos um perfil melancólico do que se costuma chamar de "mercado leitor brasileiro".

O Editor

Nos países capitalistas bem sucedidos, onde o movimento editorial é significativo, antes de se lançar qualquer livro faz-se uma pesquisa de mercado, através de consultas a livreiros, universidades, leitores especializados e, inclusive, na faixa de público que aquela determinada obra visa a atingir. Fogem à regra, aqueles títulos de inegável valor cultural que, mesmo que não se destinem a grandes vendas, darão *status* ao catálogo da editora.

O editor brasileiro, por falta de recursos financeiros e infraestrutura administrativa, usa métodos algo diferentes para decidir sobre o lançamento de um livro no nosso mercado, quais sejam: o interesse comercial imediato (o *best-seller* ou um autor universitário que esteja na moda); critérios ideológicos ou estéticos pessoais e a intuição. Parece mentira mas há profissionais da intuição no nosso mercado editorial.

Como não poderia deixar de ser, nosso editor é um homem tenso. A partir do momento em que se decide pelo lançamento de uma obra, sabe que começou a investir seu capital numa dúvida e que este capital só será recuperado caso o pequeno público leitor aceite sua publicação e, mesmo assim, após certo período de tempo. Em caso contrário o prejuízo é certo e irre recuperável. Note-se que, pressionado pelos custos, o setor editorial dificilmente pode se valer das artimanhas da publicidade, para induzir o consumidor a comprar um livro mal lançado e, assim, tentar recuperar, ao menos, o capital investido. Faz-se isso com imóveis ou automóveis, mas com livros não se pode fazer, por um único motivo: investir novo capital em uma campanha publicitária para atingir cerca de 40 mil pessoas, e levá-las a comprar 4 mil exemplares de um produto que oferece uma pequena margem de lucro é, no mínimo, insensatez. O encalhe sai mais barato.

Encontramos agora outro impasse: o custo.

Como o leitor há de saber, qualquer produto gráfico diminui seu custo unitário na proporção em que aumenta a quantidade a ser reproduzida. Isso se dá por uma razão muito simples: os custos fixos (tradução, composição, revisão etc.) têm que ser diluídos no preço de capa do livro. Se meu custo fixo é 100 e minha tiragem é 1.000, ele participará do custo unitário com 0,10. Mas se o meu fixo é 100 e a minha tiragem é 2.000, sua participação será de 0,5, e assim por diante.

Mas, se por um lado, o editor sabe que se oferecesse um produto mais barato ele poderia vendê-lo em maior quantidade, por outro, ele também sabe que não pode aumentar as tiragens porque não há público para comprar o seu produto, mesmo mais barato. Assim, as tiragens permanecem as mesmas e os preços dos livros também.

Apenas para se ter uma idéia dos custos gráficos, podemos exemplificar com o preço do papel. De agosto de 1976 a agosto de 1977, o preço do quilo de papel linha d'água (papel destinado a imprimir livros e revistas) passou de Cr\$ 5,30 para Cr\$ 11,00, ou seja, mais de 100% de aumento em apenas 12 meses. Note-se que não estamos falando da época da crise de oferta de papel em 1973/74, onde o preço do papel triplicou, provocando verdadeira depuração no mercado editorial brasileiro.

A partir de 1973/74 instalou-se uma crise editorial, que permanece até hoje, com editoras pedindo falência, concordata, sendo absorvidas por conglomerados, ficando sob intervenção de bancos e, as que restaram, reduzindo significativamente suas edições.

Hoje, o editor brasileiro vive ao sabor dos acontecimentos. É impossível arriscar por uma questão de sobrevivência. Se lhe for dada a opção de lançamento entre um livro de autor estrangeiro, já testado no mercado internacional, ou entre um trabalho sério de pesquisa sobre a realidade brasileira, ele preferirá traduzir o primeiro. Deste modo, além de consumirmos os produtos culturais de outras sociedades, assistimos com pasmo, as nossas editoras pagarem *Copyright* e tradução para lançarem, em português, a nossa própria História, que está sendo escrita e publicada no exterior.

O Autor

Se o editor investe parte do seu capital para lançar um livro no mercado, podemos dizer que o autor investe todo o seu capital ao escrevê-lo, isto é, sua arte, seu trabalho de pesquisa, suas idéias. No entanto, entre nós, poucos são os que têm, como ofício, a atividade de escrever livros. Escrevem por necessidade artística, por vaidade, por uma questão de *Curriculum*, mas jamais por profissão. E não poderiam fazê-lo, porque estariam se condenando a uma vida miserável. Muitos há que financiam a publicação de seus livros, outros que nunca receberam tostão por conta de direitos autorais e, aqueles que recebem, recebem migalhas. Observe-se que assim como quando falamos dos editores, aqui estamos nos referindo à maioria dos autores brasileiros.

Mas quando falamos em migalhas, a aritmética pode nos ajudar a provar o que dissemos. Um autor que leve 1 ano entre pesquisa e criação para produzir um texto tão bom que motive uma editora a lançá-lo, por exemplo, receberá cerca de 10% de direitos autorais sobre o preço de capa de cada livro vendido. Caso seu livro tenha uma tiragem de 4 mil exemplares ao preço de Cr\$ 60,00 por exemplar; esta tiragem for toda vendida e o seu editor for uma pessoa honesta, receberá ao final das ven-

das, o total de Cr\$ 24.000,00, ou seja, Cr\$ 2.000,00 por mês de trabalho realizado há dois ou três anos.

Convenhamos que, dificilmente, alguém deixará uma atividade que lhe garanta a sobrevivência, para se dedicar a escrever livros. O resultado é que produzimos muito poucas idéias originais, que a esmagadora maioria de livros universitários são de autores estrangeiros e que, mais uma vez, ficamos a discutir e a tentar explicar aqui o que se pensou lá fora.

O Gráfico

Este, por sua vez, vive em função do mercado editorial e, menos, do mercado publicitário. Costumamos dizer que se o editor investe na dúvida, o gráfico financia ao editor a fase industrial da sua dúvida.

A partir do momento em que o gráfico recebe do editor os originais de uma obra qualquer, passa a investir um capital, traduzido em mão-de-obra, matéria-prima e maquinaria, que só terá retorno 60, 90 ou 120 dias após a entrega do livro pronto e acabado, ao seu cliente.

A indústria gráfica, embora seja assim chamada, é um misto de indústria e artesanato, onde a habilidade humana ainda é o fator mais importante para o resultado final de um produto. Atualmente a rotatividade é a força vital de uma gráfica; sem ela não há preços ou prazos competitivos. As artes gráficas tomaram ares de indústria de grande produção, mas dependendo diretamente da mão do homem.

Este impasse foi solucionado através da setorização absoluta. O operário gráfico de hoje entende do seu setor, quando muito. Com uma formação técnico-educativa deficiente, o profissional ainda adquire seus conhecimentos de forma empírica, seu acesso à profissão se dá pelos anos de prática e contato com o trabalho. Assim, nossa indústria gráfica de hoje é mera executante daquilo que lhe foi encomendado e, esta seria a situação ideal, caso nossos editores possuíssem uma infra-estrutura técnico-administrativa capaz de lhe assegurar que aquilo que foi concebido pode ser realizado, ou que não se realizará de forma diferente. Infelizmente, o que assitimos é a algo diverso, nosso

editor ainda carece de maiores informações sobre tecnologia gráfica e, por falta de conhecimento, não racionaliza as diversas etapas de confecção industrial do seu produto, permitindo que o tempo perdido, desnecessariamente, em cada uma dessas etapas, acabe por encarecer o próprio produto.

Outro aspecto a considerar é o reequipamento do parque gráfico brasileiro, verdadeira distorção industrial. Sofisticadas máquinas de impressão *offset* imprimindo tiragens de 5 mil exemplares em preto, máquinas de acabamento do último tipo levando 1 hora para ser ajustada ao formato e à lombada do livro, para trabalhar 2 horas e terminar a tiragem, máquinas fotográficas com recursos para fazer seleção de cores, fotografando traço e, quando muito, traço e retícula. Basta que se diga que poucas são as gráficas do Rio de Janeiro que possuem impressão tipográfica e que este tipo de impressão é o mais adequado para pequenas tiragens.

É evidente que o gigantismo da indústria gráfica brasileira, obtido através de facilidades alfandegárias para importação de máquinas, influi de maneira decisiva no custo final do produto.

O Livreiro

Fornecendo para pequena freguesia e tendo que arcar com as despesas do comércio varejista, o livreiro vê-se obrigado a trabalhar nos limites mínimos de custo e a destacar, nas suas vitrines, aquilo que vende (sexo, amor e violência) e nem sempre aquilo que gostaria de vender.

Na maioria dos casos trabalha com consignação, isto é, aquilo que não é vendido é devolvido ao editor. Recebe uma parcela considerável, cerca de 30%, sobre o preço de capa de cada livro vendido e é sempre criticado, pelo editor ou pelo distribuidor, pela sua ineficiência.

O ponto de venda de livros no Brasil é outro reflexo do pequeno mercado leitor que possuímos. Cerca de 50% de nossas livrarias encontram-se no eixo Rio-São Paulo e apenas a cidade de Buenos Aires tem mais livrarias que o Brasil inteiro. Como o livreiro não pode economizar no aluguel, na luz ou nos encargos fiscais, economiza nos salários. Sua grande deficiência é a falta

de pessoal habilitado a orientar a compra de livros de um consumidor mais exigente.

No entanto, como já dissemos, este tipo de deficiência nada mais é do que consequência do estado geral de debilidade do nosso mercado livreiro.

Leitor X Livro

Por mais paradoxal que possa parecer, é extremamente conservadora a atitude da nossa elite intelectualizada, ou em vias de intelectualização, diante do livro. Não falamos quanto ao manuseio, mas da postura dessas pessoas diante do livro.

A livraria é um templo sagrado e os livros são os objetos de adoração; contêm a sabedoria, a ciência, o inatingível, o privilégio. O conhecimento produz *status* e os livros são o símbolo do conhecimento de quem os possui, ainda que permaneçam intocados. Por muito tempo, o símbolo de *status cultural* de milhares de famílias da classe média era uma Enciclopédia Barsa de capa vermelha na estante da sala, ainda que virgem de olhares mais indagadores.

Daí, algumas iniciativas de diversificação de pontos de venda de livros no Brasil, como drogarias e supermercados, não terem obtido êxito. E isso por uma razão simples: o livro, no Brasil, é um produto de consumo de elite intelectualizada e preconceituosa. Misturar as idéias de Lévi-Strauss com bananas e Sorrisal é uma ignomínia. Talvez essa elite não freqüente farmácias ou supermercados, mas, certamente, há de freqüentar bancas de jornais, onde se vende informação e, mesmo ali, os livros que obtiveram uma saída significativa faziam parte de coleções de grandes editoras, que podem arcar com as despesas de uma ampla campanha publicitária.

Conclusão

Pelo que vimos, podemos chegar a uma conclusão: mesmo que se redistribua a renda e que consigamos equilibrar o famigerado balanço de pagamentos, sem desenvolvimento sócio-cultu-

ral a indústria do livro no Brasil estará sempre em crise. Já se disse que um país se faz com homens e livros, já temos 110 milhões de homens, resta agora dar-lhes condições e vontade de consumirem livros.

Por outro lado, se o que foi dito é verdadeiro e continuará existindo e se as teses do Professor MacLuhan também o são, assistiremos a algo curioso no nosso país. Os veículos de telecomunicação, ao transformarem o mundo numa aldeia global, nos imporão um retorno à oralidade sem que tenhamos sequer provado das delícias da Galáxia de Gutemberg. Assistiremos, assim, à morte do nosso homem tipográfico sem que ele jamais tenha existido, senão em parcela privilegiada da nossa população. Talvez, para nós, o resultado do fenômeno preconizado pelo professor canadense se caracterize pela afasia da nossa população, na medida em que retornaremos a um lugar de onde nunca saímos.

**11 FÁBULAS INFANTIS
DE CRIANÇAS POBRES**

Esta é uma seleção de onze redações escolhidas entre 30 de alunos de duas turmas da sexta série do primeiro grau da Escola Municipal Adélia Martins, de Coelho, São Gonçalo, no Grande Rio. A idade dos autores varia de 12 a 14 anos e lhes foi pedido que escrevessem sobre suas famílias, num dia de aula quase comum, quando a chuva enlameou os caminhos, aumentou um pouco as faltas e as queixas habituais das crianças: algumas com dor de cabeça, outras com febre, os resfriados, as dores de barriga.

A escolha não obedeceu a qualquer critério de *qualidade*, mas reflete o tom geral — aquela indefinível expressão que emocionou, pelo conteúdo e pela constância, a professora regente das turmas, Nildes Macedo, recém-saída das faculdades de Letras e Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi ela quem cedeu os originais para o fim específico de publicação em revista especializada. Pediu-nos apenas que acrescentássemos seu primeiro testemunho sobre os alunos: carinhosos e muito gratos por toda atenção que se dá a eles, competitivos e agitados mas prestando muita atenção na aula, preocupados que a matéria seja dada, que haja trabalhos de casa, que a professora não falte.

Os textos estão preservados no conteúdo com todo respeito aos originais. Corrigimos, no entanto, a ortografia, a regência, a pontuação e demos os títulos. Teria sido melhor reproduzi-los como as crianças escreveram? Estamos certos de que não. Os erros atuam como uma espécie de ruído, chamando a atenção para si mesmos e mascarando o conteúdo, que nos importa aqui. As redações expressam valores: a luta, o trabalho, a união. A visão do mundo é concreta. A rara fantasia provém da necessidade de não estar só, de “não ficar doente”.

Sob vários aspectos estes textos podem ser analisados. Primeiro, como *textos* e não *escritas*. A escola fundamental, numa sociedade industrial, pretende ensinar *escritas* às crianças, geralmente formas bastantes distanciadas do uso comum da língua mas que se preservam no mundo da burocracia e dos negócios. Como fazer memorandos, ofícios, requerimentos que comecem com o nome do *excelentíssimo senhor* diretor e lhe *rogam que se digne* — em suma, coisas de utilidades para se conseguir um emprego em escritório. A literatura oferecida aos alunos é *edifi-*

cante e fantástica; pressupõe-se que as crianças apreendem o mundo encantadamente. No entanto, a escola brasileira é ainda ineficiente para esses fins e as crianças não aprendem as escritas de utilidade; provavelmente não se identificam com esta mistura estranha de robôs, fadas, computadores, super-heróis e fartura que compõe a mitologia das obras *infantis*.

O fato é que os alunos da Professora Nilde produzem textos, e o texto é algo diferente: é o diálogo sincero do homem com a História. Os textos nascem da experiência e equivalem a uma teoria; há neles falas de novelas, fragmentos de narrativa, mas isto se dilui na sinceridade e na dureza das constatações.

Em segundo lugar, deve-se considerar que a renda familiar do grupo social a que pertencem estas crianças está acima de um salário mínimo e chega às vezes a três ou quatro salários mínimos. Ora, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exatamente a metade dos trabalhadores brasileiros (13,5 milhões em 27 milhões) ganham menos que o mínimo. As famílias de que falam os textos constituem assim uma espécie de classe média verdadeira, isto é, o que chamaríamos de *classe média* considerando toda a população brasileira numa divisão feita não a partir de padrões estrangeiros ou da mercadologia dos produtos da indústria de bens de consumo.

Em terceiro lugar, nota-se que os autores das redações e, de um modo geral, seus pais, estão à margem dos meios de comunicação impressos. Poucos obtêm regularmente revistas de quadrinhos e de fotonovelas. Os jornais diários, com tiragem equivalente a dois por cento da população, certamente não os alcançam. Nem os populares. Para eles, portanto, não há notícia de crises, mas a felicidade permanente dos auditórios da televisão, as questões existenciais das novelas, a promessa dos anúncios, a violência, o maniqueísmo e o individualismo dos enlatados. No entanto, as crianças falam de dores próximas, lutas contínuas, amor militante, deveres de adultos. Muitas já trabalham e quase todas têm responsabilidades domésticas definidas.

Massa? Manipulação? Quais os limites disso? Um dos alunos usa uma palavra mágica ("provavelmente") para introduzir seus instantes de fantasia, no texto. Sonhar é uma coisa que lhe parece proibida e que precisa ser marcada: "provavelmente" inocenta a eventual mentira (no entanto, é verdade que o autor des-

sa redação dá explicações a irmãos e vizinhos sobre a matéria das primeiras séries). Outro aluno atribui vida a seus brinquedos, mas deixa muito claro que faz isso para vencer a solidão, nos longos dias em que os pais estão ausentes. O realismo insistente leva inevitavelmente a pensar no embrião de uma consciência de classe. O sentido de unidade da célula familiar, a localização dos papéis do pai e da mãe, o tempero de crítica e amor apontam para alguma coisa muito distante do modelo proposto na sociedade industrial. Para o quê? Amados a ponto de um seu gesto mínimo compensar a irritação constante, esses pais morrem cedo e sua falta é sentida no plano moral e material: os dois níveis jamais se diferenciam claramente.

Que infância é esta? Como ela produz depoimentos tão sóbrios? Que a faz colocar de modo tão próprio questões angustiadas da alienação da cultura, do sentido da crítica e da presença dominante da realidade histórica?

Nilson Lage

TEXTOS

Luta

Minha família, como se pode imaginar, é uma família que luta pela vida. Também sabe construir aquilo que se deve fazer. Por exemplo, a casa que tem que construir. Os dias. O dia em que se deve comer. O trabalho em que tem que trabalhar e também os filhos e os netos, que se deve estudar.

É assim uma vida com tantas coisas que é melhor nem pensar e, seguindo com Deus, é no mundo de hoje que se deve lutar.

MFFD

O pior

Minha família são seis: eu; minha mãe; o irmão que eu mais amo, Carlos Roberto; meu irmão Sílvio; minhas irmãs Márcia e Valéria. Infelizmente só. Está faltando meu pai, eu vou explicar porque. Começou assim: quando eu tinha cinco anos, meu pai bebia muito; com seis anos, meu pai, meu pai morreu de tanto beber. Já contei o que pude porque só me lembro disso.

Por isso minha mãe trabalha fora, na fábrica de sardinhas 88, no Alcântara. Para sustentar os cinco filhos e ela. Quando chega em casa eu estou chorando; ela chega muito tarde e eu fico pensando coisas piores.

Bom, vou falar de minha irmã Márcia. Quando ela bate em mim vou pegar o cabo de vassoura para bater nela. Meu irmão Sílvio quase não bate em mim, ele é bonzinho. Valéria, às vezes brigo com ela também. Só falta falar do meu irmão Betinho. Eu não brigo na escola e nem em casa, os outros é que batem em mim. Betinho tem três anos. Quando me chama para brincar, vou com todo o prazer.

CRGS

O encontro

Minha família é composta de cinco pessoas: eu Daisy, minha irmã Lídia, minha irmã Miriam, minha mãe Lígia e meu pai João. Meu pai é muito bravo, minha mãe também, mais ou menos. Minha irmã briga muito comigo e com a outra irmã. Eu também não fico quieta: me defendo e defendo minha irmãzinha. Nós brigamos para machucar mesmo.

E meu pai. Meu pai tinha duas galinhas. Então, num certo dia, as galinhas tinham sido roubadas; quer dizer, ele pensou que tinham sido roubadas. Aí começou a ficar nervoso, xingou daqui, xingou dali. Acabou parando debaixo da goiabeira e as duas galinhas estavam em cima do galho. Então fui correndo falar para ele e a gente começou a rir.

DLMO

A vingança

.....
Só podia ser a Irani; ela gosta muito de se meter na minha família. Nós brincamos muito e tudo mais. Fui escrever essa história e ela estava lá e começou a dar palpite. Falou então que queria entrar na história. Falou isso dias e mais dias.

Quando eu estava na escola, a professora mandou os alunos escreverem uma redação sobre a família. Quem estava atrás de mim só podia ser a Irani. Ela começou de novo a dar palpite. Poucos minutos depois passou um rapaz de quem Irani gostava e ela, quando viu o rapaz, pulou de alegria e foi ver de perto. Eu e a Cláudia começamos a cantar: "Irani saiu só para se mostrar. Da! Da! Da!"

Olha, nós cantamos porque ela é bem chatinha e a professora não estava na sala. Agora, não deixa ela saber que eu contei. Ela é muito fofqueira.

JMP

Fantasia, provavelmente

*Minha família só são quatro pessoas: meu pai, minha mãe, meu irmão e eu.

Provavelmente todos me perguntaram se eu apanho de meus pais. Mas é mais fácil eu apanhar de meu irmão. Dos meus pais nunca apanhei. Só de vez em quando levo umas broncas de minha mãe.

Meu pai é bombeiro aposentado. Só que ele é muito nervoso e não pode se aborrecer. Se se aborrecer pode morrer do coração, de repente.

Meu pai foi cabo do Exército, mas deu baixa porque não estava mais suportando aqueles sargentos e coronéis a mandar nele. Não foi difícil ele arranjar emprego e, para falar a verdade, foi até fácil demais.

Minha mãe ajuda na casa. Eu provavelmente dou aula em casa, particular. Não é que eu precise, mas gosto de ensinar e cobro apenas Cr\$ 20 por mês. Gosto mais de lidar com pessoas velhas, porque os mais velhos compreendem que eu sou criança; mas na sala de aula eu sou a professora.

Eis aqui alguns dramas da minha casa.

MCO

Tubo bem

Minha família é muito unida. Tenho dois irmãos que trabalham e estudam. Meu pai é carpinteiro e pedreiro.

Minha mãe é morta.

Meu irmão mais velho trabalha em fiscalização de obras e o mais novo trabalha em entregas.

Eu moro na casa da minha vó.

O relacionamento da minha família é muito bom.

AQA

Volta à luta

Minha família é muito grande.

Minha mãe trabalha fora. Eu e minha irmã cuidamos da casa. Meu irmão mais velho trabalha fora.

Às vezes também, aos domingos, vamos passar na casa da minha tia. E, quando chegamos lá, às vezes vamos à praia.

Voltando para casa, arrumamos as coisas todas para segunda-feira, o dia da luta.

MTM

Péssimo dia

No ano de 1974 meu pai morreu. Foi o péssimo ano e o péssimo dia da minha vida. Agora estamos em 1977. Minha mãe conseguiu casar uma filha e ainda faltam três. Minha irmã casou em 14 de maio de 1977. Depois do casamento, minha mãe começou a passar mal e ficou internada no Hospital Santa Rita de Cássia. Fez quatro operações. Agora está passando bem. Espero que o final deste ano seja mais feliz, e os outros anos.

ADO

Uma lágrima

Minha família, com ela desde criança eu convivo e troco idéias. Toda a família, como vocês vêem. Sem nossa família não podemos viver nem ser felizes! Tem vez que, se a gente não deixar cair uma lágrima dos nossos olhos, é porque estamos doentes, não temos emoção, como em muita família que não tem com quem conversar.

Eu não. Quando minha mãe e meu pai vão trabalhar eu tenho só para conversar comigo os meus amigos, que são Xerife, o meu gato, e Bolinha, o meu coelho. Somos os mais felizes companheiros.

Por isso eu digo que nossa família é um amor, com os bichinhos que fazem parte da nossa família e que estão também no meu coração.

R

Medo

Minha família é minha mãe, meu irmão e eu. Em 1975, no dia 30 de dezembro, aconteceu uma coisa muito triste na minha família. Meu pai faleceu e eu vi ele morrer. E minha família até hoje é muito triste. Minha mãe se sacrifica muito para dar estudo para mim e para meu irmão.

Eu faço tudo para vê-la feliz porque só tenho ela. Já perdi meu pai e se a perder eu e meu irmão ficaremos sozinhos.

CLML

Trabalho

Meu pai é muito trabalhador. Minha mãe também.

Estou doído para terminar a escola e trabalhar para eles. E continuar estudando.

Quero dar tudo a eles. Eles me dão tudo. Quero ser um homem trabalhador como meu pai.

ABF

**O NOVO CURRÍCULO DOS
CURSOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

RESOLUÇÃO Nº 1.203/77

- Fixa o currículo mínimo para o Curso de Comunicação Social.

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de atribuição legal e nos termos do Parecer nº 1.203/77,

RESOLVE:

Art. 1º – A formação de profissionais para as atividades de Comunicação Social se fará, em nível de graduação, através de curso regular, de que resultará o grau de Bacharel em Comunicação Social, com as seguintes habilitações: a) Jornalismo; b) Publicidade e propaganda; c) Relações Públicas; d) Rádio e Teledifusão; e) Cinematografia.

Art. 2º – Integram o currículo mínimo para o Curso de Comunicação Social as seguintes matérias:

a) *Matérias de Fundamentação Geral Humanística*: 1) Problemas Sócio-Culturais e Econômicos Contemporâneos, 2) Sociologia, 3) Psicologia, 4) Antropologia Cultural, 5) Cultura Brasileira, 6) Língua Portuguesa.

b) *Matérias de Fundamentação Específica*: 1) Teoria da Comunicação, 2) Comunicação Comparada, 3) Sistemas de Comunicação no Brasil, 4) Estética e Comunicação de Massa.

c) *Matérias de Natureza Profissional*: 1) Técnicas de Codificação, 2) Técnicas de Produção e Difusão, 3) Deontologia do Comunicador, 4) Legislação Profissional, 5) Técnicas de Administração, 6) Técnicas de Mercadologia.

§ 1º – As matérias mencionadas nas alíneas *a* e *b* são comuns a todas as habilitações, e as constantes da alínea *c* devem ser especificamente aplicadas ao respectivo campo profissional, conforme o elenco discriminado no Art. 1º, discriminadas nas ementas do Anexo I.

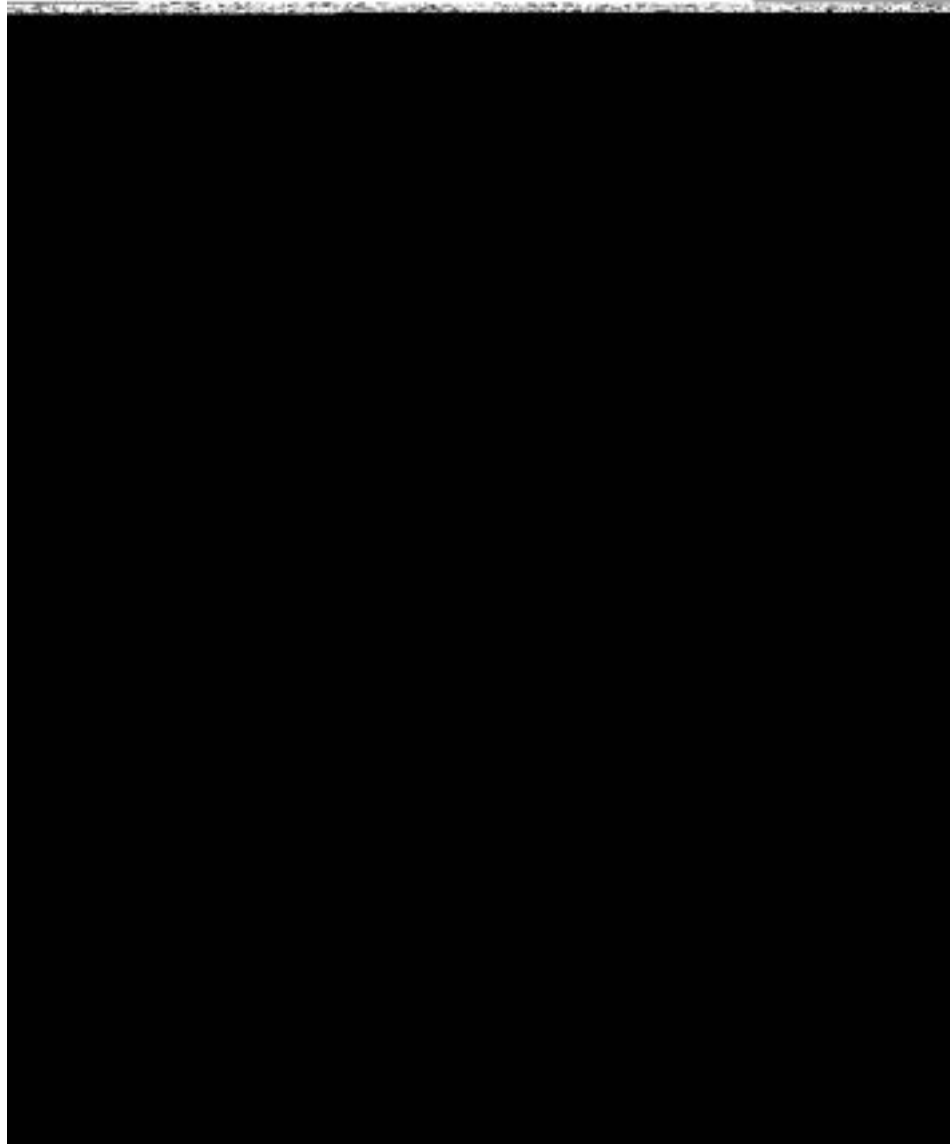
§ 2º – Para a organização do programa de cada disciplina deverão ser observados os conteúdos mínimos fixados nas ementas do Anexo I, que integram esta Resolução, e os desdobramentos que porventura venham a ser efetuados deverão tomar como ponto de referência os conteúdos mínimos fixados nas ementas respectivas.

§ 3º – A distribuição seqüencial das disciplinas no currículo pleno deverá observar o critério de maior concentração das *Matérias de Fundamentação Geral Humanística* e das *Matérias de Fundamentação Específica* na primeira metade da duração do curso, e das *Matérias de Natureza Profissional* na segunda metade.

Art. 3º – Na elaboração do currículo pleno do curso, poderão os estabelecimentos de ensino desdobrar as matérias do currículo mínimo, bem como acrescentar outras que julguem indispensáveis, atendendo sempre às características sócio-culturais e ocupacionais da região, as possibilidades da escola e o interesse dos alunos.

Art. 4º – O último semestre do curso será reservado exclusivamente a atividades profissionais supervisionadas, sob a forma de projetos experimentais na própria instituição e de treinamen-

to nas empresas ou órgãos públicos, este sob a forma de estágios remunerados



dem continuar a mantê-lo, ou adaptá-lo aos termos desta Resolução.

Art. 7º — A presente Resolução entra em vigor no ano letivo de 1978.

Parágrafo Único — No prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação da presente Resolução, os estabelecimentos de ensino superior deverão dar conhecimento ao CFE dos novos currículos plenos, bem como dos currículos de adaptação elaborados para as turmas em andamento.

Art. 8º — Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I

EMENTAS

MATÉRIAS DE FUNDAMENTAÇÃO GERAL HUMANÍSTICA

- 1. Problemas Sócio-Culturais e Econômicos Contemporâneos:**
Focalização científica dos principais problemas sócio-culturais e econômicos, enfrentados por diferentes países, principalmente pelos que integram a comunidade latino-americana.
- 2. Sociologia:**
Estudo dos conceitos básicos de Sociologia, aprofundando-se as noções de sistemas sociais, estratificação social e interação social.
- 3. Psicologia:**
Estudo de temas relacionados com as teorias do comportamento social, opinião pública e fenômenos psico-sociais da comunicação humana.
- 4. Antropologia Cultural:**
A cultura humana nas sociedades, mostrando os processos que levaram à modificação do meio cultural numa perspectiva histórica. Semelhanças e diferenças de comportamento para sublinhar as características das manifestações culturais e dos processos de estabilidade, mudança e desenvolvimento que aí se verificam.
- 5. Cultura Brasileira:**
Tendência da cultura brasileira, em relação com suas origens e desenvolvimento histórico. O estudo deve incluir questão de produção de bens culturais, a cultura de massa e a indústria cultural.

6. Língua Portuguesa:

Revisão da gramática e da redação com a finalidade de desenvolver a linguagem escrita e falada como instrumento de Comunicação Social.

MATÉRIAS DE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA

1. Teoria da Comunicação:

Estudo científico da comunicação, incluindo seus processos e efeitos; exame do papel que aí ocupa a semiologia.

2. Comunicação Comparada:

A comunicação social no mundo contemporâneo. Sistema de controle dos meios de comunicação social e papel que hoje assumem no processo de desenvolvimento dos povos.

3. Sistemas de Comunicação Social no Brasil:

Formação e desenvolvimento dos sistemas brasileiros de comunicação na área da cultura, do espaço, e da utilidade, e sua comparação com os padrões internacionais de cada sistema.

4. Estética e Comunicação de Massa:

Estudo dos fenômenos estéticos relacionados principalmente com a cultura de massa, a produção e o seu consumo. Caracterização da mensagem estética presente nos diversos produtos levados ao público pelos meios de comunicação de massa.

MATÉRIAS DE NATUREZA PROFISSIONAL

JORNALISMO

1. Técnicas de Codificação em Jornalismo:

Estudo da linguagem jornalística, bem como das técnicas de

captação, redação e edição dos fatos noticiáveis, além do treinamento para a análise comparativa dos padrões de Jornalismo Brasileiro.

- 2. Técnicas de Produção e Difusão em Jornalismo:**
Estudo das técnicas de produção no jornalismo gráfico e no jornalismo audiovisual. Técnicas de difusão extensiva e intensiva aplicadas ao jornalismo nacional.
- 3. Deontologia dos Meios de Comunicação:**
Análise do comportamento social do comunicador social e suas responsabilidades éticas no exercício da profissão.
- 4. Legislação dos Meios de Comunicação:**
Estudo da legislação dos Meios de Comunicação do País. Análise comparativa com a legislação de outros países.
- 5. Técnicas de Administração em Jornalismo:**
A estrutura administrativa da empresa jornalística, sua caracterização, economia e estratégias.
- 6. Técnicas de Mercadologia em Jornalismo:**
Conhecimento do mercado como elemento capaz de permitir o equilíbrio ou a expansão de empresas jornalísticas.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

- 1. Técnicas de Codificação em Publicidade e Propaganda:**
Técnicas de criação da mensagem publicitária e de informação, argumentação e motivação na estratégia publicitária, com atenção especial à linguagem da propaganda política, econômica e institucional.
- 2. Técnicas de Produção e Difusão em Publicidade e Propaganda:**
Técnicas de composição e impressão, de produção do anúncio.

e do planejamento de campanhas. Veiculação, atendimento e avaliação do retorno possível.

3. **Deontologia dos Meios de Comunicação:**
Análise dos códigos de ética publicitário no Brasil e no exterior.
4. **Legislação dos Meios de Comunicação:**
Estudo da legislação nacional sobre publicidade e propaganda, incluindo a Lei 4.680/65 e seus instrumentos complementares. Comparação com a legislação internacional na matéria.
5. **Técnicas de Administração em Publicidade e Propaganda:**
Técnicas administrativas aplicadas à publicidade e administração de agências e departamentos de publicidade.
6. **Técnicas de Mercadologia em Publicidade e Propaganda:**
Conhecimento do mercado como elemento capaz de permitir o equilíbrio ou a expansão das agências de publicidade.

RELAÇÕES PÚBLICAS

1. **Técnicas de Codificação em Relações Públicas:**
Retórica e persuasão nas mensagens de relações públicas, com ênfase em técnicas de redação, de "press-release", publicações internas e outras.
2. **Técnicas de Produção e Difusão em Relações Públicas:**
Técnicas de produção gráfica e de utilização de recursos audiovisuais de cerimonial e protocolo, de planejamento e execução de atividades de Relações Públicas, tais como campanhas, reuniões e eventos.
3. **Deontologia dos Meios de Comunicação:**
Análise do comportamento social do comunicador social e

suas responsabilidades sócio-culturais no exercício da profissão.

- 4. Legislação dos Meios de Comunicação:**
Estudo da legislação brasileira dos meios de comunicação. Análise comparativa com a legislação de outros países.
- 5. Técnicas de Administração em Relações Públicas:**
Técnicas administrativas aplicadas à Relações Públicas.
- 6. Técnicas de Mercadologia em Relações Públicas:**
Conhecimento do mercado para posicionar os elementos de Relações Públicas na sociedade de consumo.

RÁDIO E TELEDIFUSÃO

- 1. Técnicas de Codificação em Rádio e Televisão:**
Caracterização dos veículos rádio e televisão para estudar a linguagem do som e imagem, e o planejamento das mensagens de entretenimento, educacionais e de divulgação científica.
- 2. Técnicas de Produção e Difusão em Rádio e Televisão:**
Elementos humanos e técnicas de produção e difusão, incluindo som, montagem da fita sonora, material gráfico, visual, movimentos, cenários, iluminação, etc., e as diferentes modalidades de difusão.
- 3. Deontologia dos Meios de Comunicação:**
Análise do comportamento social do comunicador social e suas responsabilidades sócio-culturais no exercício da profissão.
- 4. Legislação dos Meios de Comunicação:**
Estudo da Legislação brasileira dos Meios de Comunicação. Análise comparativa com a legislação de outros países.

- 5. Técnicas de Administração em Rádio e Televisão:**
Técnicas administrativas aplicadas às empresas de Rádio e Televisão.
- 6. Técnicas de Mercadologia em Rádio e Televisão:**
Conhecimento do mercado como elemento capaz de permitir o equilíbrio ou a expansão das empresas de Rádio e Televisão.

CINEMATOGRAFIA

- 1. Técnicas de Codificação em Cinema:**
Iniciação à linguagem como estudo específico do movimento, montagem, profundidade de campo, diálogo, espaço e tempo. (linguagem cinematográfica)
- 2. Técnicas de Produção e Difusão em Cinema:**
Conhecimento técnico e gráfico das técnicas de leitura crítica e da realização de filmes, merecendo particular atenção o campo do documentário de curta metragem e o da pesquisa em cinema. Além disso dá-se ênfase à distribuição do produto fílmico e se analisa a produção cinematográfica brasileira.
- 3. Deontologia dos Meios de Comunicação:**
Análise do comportamento social do comunicador social e suas responsabilidades sócio-culturais no exercício da profissão.
- 4. Legislação dos Meios de Comunicação:**
Estudo da legislação brasileira dos Meios de Comunicação. Análise comparativa com a legislação de outros países.
- 5. Técnicas de Administração em Cinema:**
Técnicas administrativas aplicadas às empresas Cinematográficas.
- 6. Técnicas de Mercadologia em Cinema:**
Conhecimento do mercado como elemento capaz de permitir o equilíbrio ou a expansão das empresas cinematográficas.

